

Programa de Governo

Coligação São Carlos Merece o Melhor
PT, Pcdob, PV, PSB, PSD, PSOL, União Brasil

Prefeito Newton Lima
Vice Marcos Martinelli

Convenção realizada em 03/08/24

Introdução

Este programa é o resultado de um amplo processo de escuta realizado desde agosto de 2023, por meio do Programa Participa São Carlos, que teve três canais paralelos de atuação: a) a realização de reuniões nos bairros da cidade; b) a coleta de sugestões e propostas da população por meio do site e c) o diagnóstico e proposição realizado por cerca de 400 especialistas, acadêmicos, técnicos, ativistas e cidadãos, organizados em **24 Núcleos Temáticos**.

A primeira inspiração veio do presidente Luiz Inacio Lula da Silva que, com sua sensibilidade aguçada e capacidade de transformar princípios políticos em frases compreensíveis, nos ensina que “o povo é que sabe onde o calo aperta”.

A segunda veio da lembrança do extraordinário impacto que teve na vida da nossa cidade a implantação, a partir de 2001, do Orçamento Participativo, do Programa Prefeitura nos Bairros, da criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais nos principais setores de atuação do poder público e na realização de Conferências Municipais com poder de orientação para as macro decisões estratégicas da administração municipal.

Por último, a todos os Núcleos Temáticos foi solicitado que norteassem seus trabalho de diagnóstico e proposição pelos 17 eixos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, aprovados na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012 no Rio de Janeiro.

Esses objetivos são: **1. Erradicação da pobreza** - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; **2. Fome zero e agricultura sustentável** - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; **3. Saúde e bem-estar** - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; **4. Educação de qualidade** - Assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; **5. Igualdade de gênero** - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; **6. Água limpa e saneamento** - Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos; **7. Energia limpa e acessível** - Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos; **8. Trabalho decente e crescimento econômico** - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos; **9. Inovação infraestrutura** - Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação; **10. Redução das desigualdades** - Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles; **11. Cidades e comunidades sustentáveis** - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; **12. Consumo e produção responsáveis** - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; **13. Ação contra a mudança global do clima** - Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; **14. Vida na água** - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; **15. Vida terrestre** - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade; **16. Paz, justiça e instituições eficazes** - Promover sociedades pacíficas e inclusivas par ao desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; **17. Parcerias e meios de implementação** - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Além desses objetivos gerais os Núcleos Temáticos foram também chamados a realizar um diagnóstico da situação municipal nas suas respectivas áreas, detalhando e aprofundando a avaliação realizada pelo TCE, Tribunal de Contas do Estado, que divulgou em 2023 o seu Índice de Efetividade da Gestão Municipal, apoiado em cinco

indicadores básicos: i-Planejamento; i-Fiscal, i-Educação, i-Saúde, i-Ambiente, i-Cidade e i-Governança Digital.

Com a ponderação desses índices, chega-se ao IEG-M, índice médio de efetividade da gestão e não é uma surpresa, mas é triste verificar que nos últimos três anos avaliados o nosso município obtém o nível C. o menor dos cinco níveis avaliativos.

Destaque-se que no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional, São Carlos aparece na 553ª. posição entre os 645 municípios do Estado de São Paulo.

Fica claro que não é retórica política dizer que São Carlos precisa ser reconstruída, o que se tornou o eixo orientador da constituição da Frente Democrática pela Reconstrução de São Carlos, lançada em 19 de abril de 2024 e cujo trabalho resultou na Coligação São Carlos Merece o Melhor.

Este é, portanto, o Programa de Governo para a Reconstrução de São Carlos em vários sentidos. Reconstrução da compreensão de que a cidade deve cumprir sua função social porque pertence a todos e não a alguns poucos especuladores.

Reconstrução da visão de que as políticas públicas são para todos mas devem focar nos mais vulnerabilizados pela obscena desigualdade social de nosso país.

Reconstrução da sinergia entre a administração pública e a enorme capacidade técnica e intelectual instalada em nossas universidades e centros de pesquisa.

Reconstrução da relação de harmonia entre a cidade e o extraordinário meio ambiente que a acolhe.

Sobretudo reconstrução da relação entre a administração do município e seus cidadãos e cidadãs, da compreensão de que é a eles e elas que a cidade pertence e deve servir.

Este programa tem essa missão. Porque São Carlos Merece o Melhor.

São Carlos Inteligente e Participativa com Integridade e Transparência

Governo Democrático e Participação Popular

O Governo Participativo foi uma experiência inovadora na cidade de São Carlos, instituído durante o primeiro mandato de Newton Lima pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e mantido nos dois mandatos subsequentes (Newton Lima e Oswaldo Barba). Desde então foi reduzido a simulacros.

Um aspecto fundamental dessa forma de governar era o Orçamento Participativo, um mecanismo de prestação de contas sobre os recursos públicos e de participação popular direta na decisão sobre a aplicação desses recursos. O processo participativo era uma forma de estímulo e fortalecimento da cidadania que é prioritário recuperar.

Além do OP, nossas gestões promoveram e estimularam a participação popular por meio de Conselhos Municipais Paritários, Conferências Municipais e Audiências Públicas, hoje reduzidas a simulacros.

Dos 44 Conselhos Municipais instituídos por lei, muitos encontram-se inativos ou sem qualquer atividade, enquanto outros, a exemplo do COMDUSC, tiveram sua regulamentação alterada para impedir participação autônoma da sociedade civil.

É fundamental reconstruir as políticas municipais de participação popular que viabilizem a colaboração direta da sociedade na definição das prioridades de governo, por meio de:

1. Plano plurianual participativo;
2. Orçamento participativo;
3. Conselhos municipais;
4. Conselhos gestores de unidades;
5. Audiências públicas;
6. Conferências municipais;

Além da revitalização desses mecanismos de participação popular é necessário atualizar os meios de divulgação, informação e participação por meio de plataformas digitais que permitam a submissão de propostas e a votação online.

Programas

1. Reconstrução do Orçamento Participativo:

Objetivo: Reestabelecer o Orçamento Participativo (OP) como mecanismo formal e permanente de participação popular na definição das prioridades orçamentárias e na aplicação de recursos públicos.

Ações:

Criar um Conselho Municipal do Orçamento Participativo (CMOP) composto por representantes da sociedade civil e do poder público.

Realizar assembleias regionais e temáticas para debater e priorizar demandas da população.

Assegurar a transparência e o acompanhamento das propostas do OP por meio de plataforma digital e mecanismos de comunicação eficazes.

Alocar recursos orçamentários específicos para o OP, garantindo sua efetividade na implementação das decisões tomadas.

2. Revitalização dos Conselhos Municipais:

Objetivo: Fortalecer e democratizar os Conselhos Municipais Paritários, garantindo a participação autônoma da sociedade civil na formulação e acompanhamento de políticas públicas.

Ações:

- . Revisar a legislação regulatória dos Conselhos Municipais de forma a restabelecer paridade real entre poder público e sociedade civil e estimular sua participação
- . Realizar eleições periódicas e abertas para a escolha dos conselheiros municipais.
- . Oferecer capacitação e apoio técnico aos conselheiros para o exercício de suas funções.
- . Assegurar a publicidade das reuniões e decisões dos Conselhos Municipais.
- . Implementar mecanismos de monitoramento, avaliação e divulgação da atuação dos Conselhos Municipais.

3. Horizontalização da Participação Social nas Unidades de Saúde, Educação e Serviço Social:

Objetivo: Ampliar a participação da população na gestão das unidades de serviços por meio da criação e fortalecimento dos Conselhos Gestores de Unidades (CGUs).

Ações:

- . Realizar eleições para a composição dos CGUs com representantes da comunidade local, usuários dos serviços de saúde, educação e serviço social e profissionais da área.
- . Capacitar os membros dos CGUs sobre seus direitos e deveres.
- . Assegurar a participação dos CGUs na elaboração dos planos de saúde, educação e serviços social das unidades e na avaliação e aprimoramento da qualidade dos serviços.
- . Promover o diálogo entre os CGUs, a comunidade de usuários e a gestão municipal de saúde, educação e serviço social.

4. Ampliação da Transparência e do Diálogo com a Sociedade Civil:

Objetivo: Instituir mecanismos permanentes de diálogo e consulta pública para garantir a transparência das ações governamentais e a participação da sociedade civil na tomada de decisões.

Ações:

- . Realizar audiências públicas regulares para debater temas de interesse público e coletar sugestões da população.
- . Promover Conferências Municipais temáticas amplamente divulgadas para discutir políticas públicas específicas com a participação da sociedade.
- . Criar um canal de comunicação online para receber demandas, sugestões e reclamações da população.
- . Manter um portal de transparência atualizado com informações sobre a gestão pública, incluindo orçamentos, contratos e licitações.

5. Impulsionando a Participação Digital:

Objetivo: Ampliar o acesso da população aos mecanismos de participação popular e fortalecer a democracia digital por meio da utilização de ferramentas online.

Ações:

- . Desenvolver e aprimorar a plataforma digital do OP para facilitar a submissão de propostas, a votação online e o acompanhamento das ações.
- . Oferecer cursos e oficinas de capacitação sobre o uso de ferramentas digitais para a participação social.
- . Divulgar os mecanismos de participação popular online por meio de campanhas de comunicação e redes sociais.
- . Criar um aplicativo mobile para facilitar o acesso às informações e serviços relacionados à participação popular.

Governança e Gestão Moderna, Eficiente e Sustentável

O planejamento e a administração financeira do Município estão condicionados em legislação específica, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e devem obedecer a determinações específicas como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Lei de Acesso à Informação, entre outras.

Além de estarem regidos por uma legislação própria, as ações nessa área também exigem o respeito às orientações legais dos órgãos externos de controle, tais como Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Câmara dos Vereadores.

Entre os principais problemas estão a necessidade de atualização e modernização dos mecanismos de transparência, como o Portal da Transparência, que atualmente está desatualizado e de difícil acesso para a população.

São Carlos tem hoje um claro e contínuo déficit de planejamento contínuo e a carência de um sistema de informações eficaz para registro, acompanhamento e avaliação das ações e projetos governamentais.

É notório que a estrutura administrativa da cidade sofreu sucessivas alterações.

Porém estas mudanças foram mais condicionadas pelas necessidades de suporte político do Executivo do que pela otimização e eficiência dos serviços e processos administrativos e gestão.

Ações de transição

1. Revisão e atualização do PPA vigente para o primeiro ano da gestão e preparação de novo plano para o próximo quadriênio, refletindo a atualização das políticas públicas metas de governo, alinhadas com a visão estratégica e com os ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
2. Realização de diagnóstico detalhado da situação financeira do município, incluindo receitas, custeio, dívidas e financiamentos, bem do planejamento e orçamento aprovados para o exercício de 2025.
3. Análise e revisão de contratos públicos com o objetivo de renegociar ajustes e preços praticados pelo município para garantir o cumprimento da obrigação de economicidade e eficiência.
4. Análise e avaliação das alterações da estrutura administrativa realizadas recentemente na administração direta, bem como na autarquia e nas fundações, de modo a identificar eventuais necessidades de alterações.

Programas

1. Programa de Integridade Administrativa.

Objetivo: garantir a integridade, legalidade e transparência dos atos e ações da administração, combatendo sistematicamente a corrupção e as práticas de assédio moral e sexual

Ações:

- . Implantação do Gabinete de Integridade de Gestão, multisetorial e vinculado diretamente ao Prefeito.
- . Estabelecer e fortalecer um sistema de controle interno para fiscalizar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município.

2. Programa de Transparência e Acesso à Informação

Objetivo: Modernizar o Portal da Transparência e garantir o acesso fácil e rápido às informações públicas.

Ações:

- . Desenvolver e implementar um portal da transparência, aderente à Lei de Transparência, tecnicamente atualizado e em linguagem acessível, com atualização diária.
- . Capacitar gestores públicos e servidores em todos os setores do executivo municipal para a seleção, divulgação e atualização de atos administrativos, ações e programas, por meio de ferramenta adequada e acessível à população.
- . Organizar a sistemática de e os fluxos internos para o pleno acesso à informação;
- . Capacitar gestores públicos e servidores e organizar fluxos de informação de modo a atender a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

3. Programa Permanente de Capacitação e Gestão de Competências

Objetivo: Implementar programas contínuos de capacitação para servidores e gestores, com foco em gestão pública e transparência.

Ações:

- . Oferecimento contínuo de cursos de capacitação técnica e treinamentos nas diversas áreas de gestão pública e desenvolvimento de competências.

4. Programa de Planejamento e Gestão Orçamentária

Objetivo: Readequar e modernizar o planejamento e a gestão orçamentária, financeira e contábil do Município.

Ações:

- . Revisão do Plano Plurianual, realização de diagnóstico financeiro, elaboração de novo Planejamento Público de gestão do Município.
- . Redesenho do setor responsável pela receita municipal com aderência à Reforma Tributária Nacional.

5. Programa de Controle e Fiscalização Interna

Objetivo: Fortalecer o controle interno e a fiscalização das ações governamentais.

Ações:

- . Criação ou aprimoramento do controle interno, para implantação de ações preventivas e corretivas, auditorias regulares e monitoramento de indicadores de toda a gestão municipal.

6. Programa de Modernização Administrativa

Objetivo: Modernizar a administração pública municipal.

Ações:

Redesenhar a estrutura da gestão municipal buscando agilidade e eficiência na implantação dos Programas de Ação do governo.

- . Implantação de um sistema de gestão centralizada para acompanhamento de contratos públicos, modernização das ferramentas de TI e criação de infraestrutura para Governo Digital.
- . Implementação de um sistema de monitoramento de indicadores de desempenho para todas as áreas da administração pública.
- . Modernização das ferramentas de TI para reforço da integridade da administração pública e da transparência cidadã
- . Avaliação da adequação de recursos humanos para as novas demandas e organização de concurso públicos para suprir desatualizações, carências e novas demandas.

3. Análise e avaliação das alterações da estrutura administrativa realizadas recentemente na administração direta, bem como na autarquia e nas fundações, de modo a identificar eventuais necessidades de alterações.

4. Programa de Planejamento e Gestão Orçamentária

. *Objetivo: Readequar e modernizar o planejamento e a gestão orçamentária, financeira e contábil do Município.*

Ações:

- . Revisão do Plano Plurianual, realização de diagnóstico financeiro, elaboração de novo Planejamento Público de gestão do Município.
- . Redesenho do setor responsável pela receita municipal com aderência à Reforma Tributária Nacional.

5. Programa de Controle e Fiscalização Interna

. *Objetivo: Fortalecer o controle interno e a fiscalização das ações governamentais.*

Ações:

- . Criação ou aprimoramento do controle interno, para implantação de ações preventivas e corretivas, auditorias regulares e monitoramento de indicadores de toda a gestão municipal.

6. Programa de Modernização Administrativa

. *Objetivo: Modernizar a administração pública municipal.*

Ações:

Redesenhar a estrutura da gestão municipal buscando agilidade e eficiência na implantação dos Programas de Ação do governo.

- . Implantação de um sistema de gestão centralizada para acompanhamento de contratos públicos, modernização das ferramentas de TI e criação de infraestrutura para Governo Digital.
- . Implementação de um sistema de monitoramento de indicadores de desempenho para todas as áreas da administração pública.
- . Modernização das ferramentas de TI para reforço da integridade da administração pública e da transparência cidadã
- . Avaliação da adequação de recursos humanos para as novas demandas e organização de concurso públicos para suprir desatualizações, carências e novas demandas.

Administração e Valorização do servidor público

O servidor público é fundamental na prestação eficiente dos serviços municipais, portanto é importante que esta força de trabalho esteja capacitada, adequadamente dimensionada e tenha um ambiente compatível para exercer suas funções.

Na conjuntura atual, numa sociedade pós pandêmica, cheia de novos e diversos desafios, com a reestruturação de programas federais, os servidores públicos municipais necessitam programas, perspectivas e olhares estratégicos, humanizados e diferenciados.

Abordaremos as principais preocupações levantadas pelos servidores públicos municipais, pois ao compreender e enfrentar essas questões, demonstramos nosso compromisso com aqueles que servem nossa comunidade. É fundamental a criação de um ambiente de trabalho mais saudável, motivador, laboral e eficaz.

Através de uma análise abrangente foram identificados os desafios que vão desde a falta de pessoal e sobrecarga até questões salariais, condições de trabalho e preocupações com a saúde mental. O equacionamento desses problemas irá melhorar significativamente o atendimento das demandas da população e a qualidade de vida no trabalho.

Programas

1. Programa de Gestão de Carga de Trabalho

Objetivo: Visa oferecer, quando apropriado, horários alternativos e ou possibilidades de trabalho remoto, buscando adequar a carga de trabalho com o aumento da eficiência.

Ações:

- . Elaborar diagnóstico da força de trabalho, a luz da demanda, carga de trabalho e especificidades da função.
- . Estudo de viabilidade sobre implementação e controle de horários flexíveis.
- . Estudo de viabilidade sobre implementação de trabalho remoto, a ser supervisionado de forma sistêmica.
- . Desenvolvimento de plataforma de gerenciamento e controle de carga de trabalho.

2. Programa de Saúde Mental e Bem-Estar

Objetivo: Proporcionar apoio psicológico para os servidores, com o intuito de promover um ambiente de trabalho mais saudável.

Ações:

- . Estabelecimento de programas de apoio psicológico e saúde mental para servidores.
- . Reativação do Programa de Bem-estar do servidor.
- . Promoção de parcerias e campanhas de conscientização sobre saúde mental.

3. Programa de Valorização Salarial e Carreira

Objetivo: Valorizar e remunerar adequadamente o servidor

Ações:

- . Realizar revisões salariais periódicas, negociadas com o sindicato.
- . Estudar e implantar benefícios adicionais
- . Discutir com os servidores o aprimoramento dos planos de carreira
- . Investir em programas de capacitação e desenvolvimento profissional
- . Reativar a Escola Municipal de Governo, visando a capacitação do servidor.

4. Programa de Melhoria das Condições de Trabalho

Objetivo: Tornar o ambiente de trabalho mais adequado ao bom desempenho do servidor.

Ações:

- . Investir de forma permanente em instalações e equipamentos adequados.
- . Oferecer treinamento contínuo aos servidores, com o objetivo de criar um ambiente de trabalho mais seguro e propício ao desenvolvimento profissional.

- . Conceber um programa de manutenção preventiva e reparos regulares nos equipamentos e instalações.
- .. Dimensionar e distribuir Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPIs e EPCs).
- . Reativar e reestruturar o Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT).
- . Promover campanhas contra o assédio moral, sexual e todas as formas de preconceito, articuladas com as várias secretarias em conjunto com o futuro Gabinete de Integridade (compliance),

5. Programa de Consultoria Financeira e Segurança Previdenciária

Objetivo: Promover educação financeira e de aposentadoria ao servidor.

Ações:

- . Criar junto a Escola de Governo programa de preparação para a aposentadoria.
- . Organizar seminários visando orientar os servidores sobre planejamento financeiro e previdenciário.
- . Orientar sobre opções de previdência complementar.

Comunicação Pública, Social e Digital

O acesso à informação plural e de qualidade é um direito dos cidadãos e base de qualquer democracia. Entretanto, nos últimos anos, vimos mudanças comunicacionais significativas que atingiram frontalmente não apenas a maneira de se informar das pessoas, como o grau de confiança da população para a tomada de decisões mais cotidianas.

Este ambiente em transformação precisa ser compreendido por uma gestão municipal que atue para garantir esse direito, que tenha compromisso com a transparência e tenha a compreensão de que a construção de uma cidade democrática passa por um sistema de comunicação forte, robusto, dinâmico e eficiente.

Assim, a comunicação, pensada e fomentada enquanto direito e política pública, não pode se reduzir à propaganda das gestões municipais, mas deve se constituir como um sistema amplo de acesso à informação adequado às necessidades de quem vive na cidade.

Em São Carlos, é notório o desmonte da comunicação pública – a atual Secretaria de Comunicação funciona completamente esvaziada de profissionais em número adequado e a TV Educativa está completamente sucateada - somado a um contexto de redução do ambiente noticioso, resultado do fechamento de veículos e a diminuição do mercado de trabalho para jornalistas profissionais. Neste cenário desértico, o cidadão fica desassistido de informação pública de qualidade, uma vez que de um lado faltam meios de buscá-las e, por outro, a oferta dessas informações é desordenada e pouco efetiva.

A proposta deste núcleo temático responde frontalmente a essas questões com o objetivo de reconstruir uma rede de comunicação pública e governamental, assim como fomentar ações que estimulem projetos comunitários com o foco no cidadão.

As propostas estão divididas em 4 eixos: comunicação institucional; educação midiática; democratização ao acesso à informação; e comunicação como um direito.

Programas

1: Comunicação governamental para a transparência e democratização

Objetivo: aprimorar os mecanismos de comunicação social e de utilidade pública da Administração Municipal, direta e indireta, como condição de participação democrática.

Ações:

- . Reestruturação da Secretaria de Comunicação, o que inclui a criação de uma rede de assessorias de imprensa e a elaboração de um Plano Municipal de Comunicação;
- . Criação de uma Agência Pública de Notícias conduzida por servidores concursados da área;
- . Implantação da Política Municipal de Linguagem Simples para facilitar a compreensão de textos e comunicados por meio de palavras, frases e estrutura organizada de forma a que qualquer cidadão encontre facilmente o que procura e entenda a informação buscada;
- . Criação de sistemas de *Bots* (um software de aplicativo programado para executar determinadas tarefas) digitais para enviar informações para a população por meio de canais digitais já existentes, de acordo com os bairros e territórios;
- . Criação e utilização de *chatbots* (assistente virtual que usa inteligência artificial e programação para se comunicar) dentro do app whatsapp, que possam responder as perguntas mais frequentes e tirar dúvidas acerca dos serviços públicos;
- . Concurso público para profissionais em comunicação para atuarem na Secretaria Municipal de Comunicação e outros pontos da estrutura governamental, de forma a potencializar a produção e circulação pública de qualidade.
- . Estabelecimento de parcerias com rádios locais para compartilhamento de informações de interesse público, tais como como campanhas de vacinação, interdição de vias, eventos;

Programa 2. Educação Midiática e combate à desinformação

Objetivo: Oferecer à população instrumentos para a recepção e o uso democrático e cidadão dos sistemas de informação.

Ações:

- . Criar um programa de Educação Midiática nas escolas públicas municipais, em parceria com as escolas estaduais, para formar crianças e jovens para o bom uso da internet e consumo de informações;
- . Propor a criação de Portal de Checagem de Informação em parceria com a imprensa local, universidades e centros de pesquisa;
- . Criar um Prêmio de Boas Práticas em comunicação e jornalismo para fomentar iniciativas que promovam a informação de qualidade;
- . Apoiar a organização de cursos e treinamentos de informática básica para fomentar a educação digital da população, com especial atenção à população idosa e aos setores sociais vulneráveis;
- . Reativação, modernização de equipamentos e fortalecimento da equipe da TVE Municipal, com o objetivo de oferecer uma grade de programação diversificada e atrativa.

Programa 3: Democratização do acesso à informação e ao digital

Objetivo: garantir a democratização do acesso a uma comunicação pública, social e digital eficiente.

Ações:

- . Garantir internet gratuita, por wifi ou distribuição de chips de dados móveis, que crie canais de transmissão de mensagens.
- . Implementar parcerias com veículos de imprensa e ou projetos comunitários com o objetivo de contemplar todos os segmentos da sociedade, permitindo também interação e participação popular.

Programa 4: Comunicação como direito

Objetivo: Contribuir para o estabelecimento do princípio de que o acesso universalizado à comunicação de qualidade é um direito democrático fundamental.

Ações:

- . Criação de um Conselho Municipal de Comunicação Popular, composto por governo, representação da sociedade civil e mídias (empresas e comunicação comunitária), com caráter consultivo, de assessoramento e fiscalização das políticas de comunicação.
- . Implantação de um Conselho Editorial na TV Educativa de São Carlos representativo da sociedade local como o intuito de diversificar a programação para refletir os costumes e a cultura são-carlense em todos os seus aspectos e dimensões;
- . Implantação de ações e/ou programas para fomentar o jornalismo comunitário, tais como editais de financiamento, oferta de cursos gratuitos de fotografia, cinema, redação, premiações das melhores práticas de jornalismo local etc.

Cidade Inteligente e Sustentável, Inclusão e Democratização do acesso à Internet

São Carlos é um dos principais polos tecnológicos e de inovação no país, com pessoas, conhecimento e infraestrutura de pesquisa avançada nas suas universidades e institutos de pesquisa. Isso tem sido fator importante do desenvolvimento econômico da cidade, mas raramente tem trazido benefícios diretos para a população ou para a gestão municipal.

A urbanização de São Carlos, a taxas maiores que a média do Estado e do país, tem provocado um aumento significativo na demanda por habitação, serviços, transporte e infraestrutura, assim como problemas como congestionamentos, falta de moradias adequadas, desigualdades sociais, acesso limitado a serviços públicos de qualidade em saúde, educação e saneamento básico, bem como pressão excessiva sobre os recursos naturais.

Adicionalmente as mudanças climáticas representam um desafio novo e urgente para São Carlos. O aumento das temperaturas, as alterações nos padrões de precipitação e os eventos climáticos extremos estão afetando diretamente as áreas urbanas e rurais da cidade. São Carlos ainda precisa avançar muito para se tornar uma cidade inteligente, sustentável, resiliente e humana.

Especialmente depois do período da pandemia, cresceu a demanda por acesso à internet de qualidade e gratuita a todos os cidadãos, hoje um componente fundamental para a inclusão e cidadania.

Fruto do descaso das últimas gestões, São Carlos não dispõe de espaços interativos para a comunicação e educação digital dos cidadãos e não atende aos padrões de conformidade da ABNT NBR ISO 37120, 37122 e 37123 para cidades inteligentes e sustentáveis; do IEG-M do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP); dos ODS da ONU.

O Programa de Transformação Digital de São Carlos constitui um eixo central de nossa proposta de gestão e será conduzido em sintonia com as diretrizes e metodologias da *Carta Brasileira para Cidades Inteligentes do MCTI* e tem por objetivo estratégico transformar São Carlos em uma cidade inteligente, sustentável, humana, inclusiva e resiliente.

Programas

1. São Carlos ligado na gente

. Objetivo: *obter para São Carlos a certificação ISO para Cidades Inteligentes (série ISO 37000) e neste processo prover qualidade de vida e bem-estar social para todos os cidadãos com base na transformação digital da gestão municipal e na inclusão digital como fator de cidadania.*

. Ações:

. Integrar a transformação digital nas políticas, programas e ações de desenvolvimento urbano sustentável, respeitando as diversidades e considerando as desigualdades presentes em São Carlos.

- . Prover acesso equitativo à internet de qualidade para todas as pessoas.
- . Estabelecer sistemas de coleta e governança de dados e de tecnologias, com transparência, segurança e privacidade.
- . Adotar modelos inovadores, inclusivos e participativos de governança municipal e fortalecer o papel do poder público como gestor de impactos da transformação digital nas cidades.
- . Fomentar o desenvolvimento econômico local no contexto da transformação digital.
- . Estimular modelos e instrumentos de financiamento do desenvolvimento urbano sustentável no contexto da transformação digital.
- . Fomentar um movimento massivo e inovador de educação e comunicação públicas para maior engajamento e participação da sociedade no processo de transformação digital e de desenvolvimento urbano sustentável.
- . Construir meios para compreender e avaliar, de forma contínua e sistêmica, os impactos da transformação digital nas cidades.

2. Programa Sanca.Net

. Objetivos. Criar a infraestrutura necessária para a conexão digital de todos os prédios públicos e instrumentos da gestão municipal, bem como criar a infraestrutura para coleta de dados urbanos automatizada, em rede, e simultaneamente prover acesso à internet gratuita em toda a cidade.

. Ações:

- . Criar o Aplicativo “Sanca.App”, porta de acesso do cidadão à internet gratuita e a todos os serviços ao cidadão e de participação cidadã na gestão cotidiana da cidade. Será a principal fonte de dados georreferenciados e anonimizados dos cidadãos, para o desenvolvimento de soluções digitais para a gestão pública eficaz e eficiente, em tempo real.
- . Desenvolver estratégias para garantir a privacidade e segurança de dados e informações, sob a égide do domínio público e da LGPD.
- . Realizar audiências públicas, lideradas pelas secretarias e autarquias municipais temáticas, com a população, ONGs e entidades representativas, na identificação de dados, informações e soluções digitais úteis para estas comunidades e de interesse comum, e estabelecer as prioridades nas soluções digitais a serem desenvolvidas para cada área da gestão municipal;
- . Implantar um portfólio de soluções digitais integradas junto com um sistema de bases de dados e informações integrados, em todas as áreas da gestão municipal;
- . Desenvolver novas abordagens e parcerias para a inclusão digital, colocando as necessidades das pessoas em primeiro lugar e respeitando a diversidade e promovendo a educação digital e midiática.
- . Explorar parcerias com universidades, prefeituras, startups e empresas da cidade, no desenvolvimento de soluções digitais e estimular novas oportunidades de negócios;
- . Adotar os indicadores definidos pelas normas ISO série 37000, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, Indicadores de Excelência Governamental-Municípios (TCE-SP), e da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, e estabelecer parcerias com as universidades na coleta e acompanhamento destes indicadores.

3. Programa de Educação e Comunicação Digital

Objetivo: Promover a educação digital e preparar os cidadãos para a transformação digital.

Ações:

- . *Organizar* Campanhas de educação digital e implantar espaços interativos em parceria com instituições de ensino.

Ciência, Tecnologia e Sustentabilidade

Ciência, Tecnologia e Inovação

São Carlos é um polo tecnológico importante no Brasil, com uma forte base de conhecimento e inovação graças à presença de instituições como a USP, UFSCar e EMBRAPA, além de várias startups e empresas de alta tecnologia.

Esse movimento foi alavancado pela criação de estruturas, como incubadoras de empresas e parques tecnológicos, que tiveram o apoio dos governos federal, estadual e municipal e da iniciativa privada.

No entanto, há um aproveitamento subótimo desse potencial para benefícios locais, faltando uma integração mais eficiente entre os setores de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) com as necessidades da cidade.

Uma estratégia chave para promover a difusão de conhecimentos sob domínio das ICT de São Carlos para as organizações da cidade é o fomento à formação de redes que adensem a conectividade das pessoas e grupos. E para que essas redes sejam efetivas, elas devem conectar atores com interesses e visões convergentes, o que é condicionado pela afinidade entre as arenas científicas e sociais nos quais atuam.

Programas

1. Programa Alicerce

. Objetivo: Conhecer e mapear as potencialidades, ofertas e demandas científicas e tecnológicas de São Carlos.

. Ações:

. Mapear as potencialidades das ICTs e do ecossistema de inovação, como objetivo de construir um sistema inteligente de encontro entre oferta e demanda de conhecimento em CT&I.

. Mapear instituições do ecossistema de inovação de São Carlos como incubadoras, parques tecnológicos, centros de inovação, coworkings e seus serviços, como forma de identificar necessidades não atendidas ou parcialmente atendidas.

. Mapear problemas dos setores público e privado que demandem aporte de conhecimento tecnológico especializado, em todas as áreas relevantes (sociais, ambientais, estruturais etc.) de São Carlos que possam ser enfrentados com o conhecimento gerado nas ICT locais.

.

2. Programa Mão na Massa

. Objetivo: Promover desenvolvimento e inovação local.

. Ações:

. Criar uma Plataforma de Match entre oferta de soluções baseadas em CT&I e as necessidades, públicas e privadas, de São gerenciado pelo poder público.

. Criação de uma Zona de Processamento de Exportação de São Carlos – ZPE Tec com o perfil do município.

. Criar novos polos urbanos infra estruturados para a formação de comunidades de inventores e pessoas engajadas com inovação.

3. Programa Inovação e Políticas Públicas

. Objetivo: Implementar políticas que fomentem a ciência e tecnologia e desenvolver instrumentos inovadores para aplicação em políticas públicas.

. Ações:

- . Implantar mecanismos de estímulo à formação de pessoal especializado em áreas chave, para serem absorvidos pelo setor produtivo local.*
- . Estimular a participação de especialistas das ICTs em projetos e programas de políticas públicas de São Carlos.*
- . Estimular as empresas a absorverem pós doutorandos das ICT, buscando programas de apoio das agências de fomento.*
- . Dar prioridade à cooperação universidade-empresa-governo como estratégia de desenvolvimento econômico, social e ambiental.*
- . Criar canais de acesso das empresas locais a fontes de financiamento para a inovação (FINEP, BNDES, FAPESP etc.).*
- . Criar programas de atração de investidores e adensamento dos contatos das empresas locais (anjos, venture capital etc.) para apoio ao desenvolvimento econômico baseado na inovação.*

4. Programa Integração

. Objetivo: Promover de forma permanente a integração entre os atores pessoais e institucionais do ecossistema de inovação.

. Ações:

- . Apoiar a realização de eventos periódicos conjuntos com os atores do ecossistema de inovação.*
- . Realizar workshops temáticos setoriais para promoção do desenvolvimento econômico a partir da cooperação universidade - empresa - governo.*
- . Criar um prêmio para pesquisas (teses, dissertações, projetos de pesquisa ou extensão) e empresas que tenham São Carlos como foco.*
- . Desenvolver estratégias de mídia para o adensamento das relações entre os atores do ecossistema de inovação de São Carlos.*

5. Programa Financiamento e Investimento

. Objetivo: Facilitar o acesso a financiamento e atração de investidores.

- . Criar canais de acesso das empresas locais a fontes de financiamento para a inovação (FINEP, BNDES, FAPESP etc.).*
- . Criar programas de atração de investidores e adensamento dos contatos das empresas locais (anjos, venture capital etc.) para apoio ao desenvolvimento econômico baseado na inovação.*

Indústria, Comércio, Serviços, Agricultura e Pecuária

O plano de desenvolvimento econômico e social de São Carlos tem como objetivo revitalizar a cidade e integrar as áreas urbanas e rurais, atraindo novos empreendimentos e promovendo o progresso. A estratégia baseia-se na criação de novos distritos industriais e de inovação para atrair investimentos, além de apoiar startups, reconhecendo sua importância econômica.

O plano também prevê ações transversais em relação às demais secretarias, compreendendo que o desenvolvimento sustentável se articula nas dimensões ambiental, econômica, social e política. Nesse contexto, destaca-se a revisão dos planos diretores e de zoneamento para alinhar-se às novas tendências e melhores práticas internacionais, estimulando a sinergia entre o poder público, universidades e a sociedade civil organizada para criar um ambiente de inovação, desenvolvimento e bem-estar social em São Carlos.

Outro ponto crucial do plano é a requalificação da malha viária e do centro histórico, com uma política permanente de combate às enchentes e outros fenômenos que impactam o comércio e o funcionamento da cidade.

Programas

1. Incubação e Aceleração de Novos Empreendimentos.

Objetivo: Revisar as políticas de apoio de São Carlos a novos empreendimentos, impulsionando empresas nascentes e startups por meio de incubação e aceleração em espaços revitalizados.

Ações:

Aceleração dos processos de abertura e alteração de empresas, simplificando o Sistema Integrado Municipal (SIM).

Promover estudos para criação de incentivos fiscais e apoio institucional para promoção de empresas de tecnologia sustentável.

Revisão e integração do ecossistema local de inovação existente.

Busca de parcerias público-privadas para fomentar distritos de inovação harmonizados com a requalificação de espaços urbanos.

2. Desenvolvimento Sustentável Urbano.

Objetivo: Atualizar os planos diretores e de zoneamento da cidade para incorporar as melhores práticas internacionais de desenvolvimento sustentável.

Ações:

Adoção de boas práticas de governo eletrônico e cidades inteligentes, com a finalidade de agilizar procedimentos de licenciamento e instalação de empreendimentos locais.

Regularização de lotes nos distritos industriais e CEAT e otimização da ocupação e uso dos parques industriais existentes.

Buscar recursos para implantação de dispositivos viários que contribuam para eliminar gargalos e engarrafamentos no trânsito.

3. Agricultura e pecuária.

Objetivo: Programa transversal para impulsionar a agricultura e pecuária, buscando integração econômica entre atividades urbanas e rurais.

Ações:

Busca de parcerias para um programa de identificação e difusão de oportunidades, estudos e estratégias para orientar a produção agropecuária e fomento ao investimento em sistemas agroindustriais.

Fomento à agricultura familiar (urbana ou rural) com programas de capacitação, com parcerias para estudo de demanda e mecanismos de acesso a novos mercados.

Busca de parcerias para promoção do turismo urbano e rural, com requalificação profissional para os trabalhadores.

4. Qualidade de Vida e Saúde Pública.

Objetivo: Programa transversal. Expandir os serviços de saúde mental e reabilitação, utilizando a interação entre poder público e universidades.

Ações:

Atenção especial para atendimento de dependentes químicos e melhorar a saúde mental dos trabalhadores, objetivando a preservação e/ou reintegração ao trabalho.

Parcerias para desenvolvimento de novos tratamentos e tecnologias de saúde, fomentando startups e novas empresas

Revisão e retomada da iniciativa CITESC.

Estudos de viabilidade para implantação de “tarifa zero” no transporte coletivo, possibilitando mobilidade do consumidor e acesso as áreas de concentração de empresas de comércio e prestação de serviços.

5. Infraestrutura e Logística.

Objetivo: Estudos sobre novos distritos industriais, bem como, melhora na infraestrutura para escoamento de produção e facilitar a abertura e operação de empresas.

Ações:

Estudos para criação de parque industrial eco tecnológico para indústrias 4.0, com infraestrutura de alta velocidade de internet.

Busca de parcerias para viabilizar os arcos viários para integrar as regiões norte e noroeste a região sul da cidade.

Recuperação de vias e construção de novas pontes para melhorar a logística de escoamento de produção.

Busca de recursos para projetos de infraestrutura para integrar distritos industriais às áreas urbanas e rurais.

Desenvolvimento Agrário, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

O plano de reconstrução e transformação para a cidade de São Carlos tem um de seus focos no desenvolvimento agrário e na segurança alimentar. Dentre as propostas, destacam-se a criação de um Centro de Referência para a Agricultura Familiar (CRAF) e a implementação de um Sistema de Abastecimento Popular.

O plano também prevê a criação de políticas públicas para a produção agroecológica, o incentivo ao turismo rural e a melhoria da infraestrutura nas áreas rurais, contribuindo para a segurança e fixação do homem no campo.

Para além de ações emergenciais, o existem propostas de médio e longo prazo, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a justiça social no município.

Programas

1. Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Agroecologia

Objetivo: Fortalecer a agricultura familiar e a produção agroecológica no município, promovendo a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável.

Ações:

. Criação do Centro de Referência para Abastecimento, Beneficiamento, Processamento e Distribuição de Alimentos (CRAF) com o objetivo de agregar serviços de assistência técnica, inspeção, cursos, processamento e distribuição de alimentos da agricultura familiar, impulsionando a produção e o acesso ao mercado.

. Instituição da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, para promover a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, incentivando práticas sustentáveis e controlando o uso de agrotóxicos.

- . Utilização do Poder de Compra Pública para Agricultura Familiar, estabelecendo um percentual mínimo progressivo de compras públicas de alimentos provenientes da agricultura familiar de forma a garantir um mercado estável para estes produtores.
- . Melhoria do Acesso à Água, Energia e Sistema de Efluentes nas Áreas Rurais priorizando o uso de energias renováveis na área rural de forma a promover o desenvolvimento sustentável, a qualidade de vida do agricultor familiar e a fixação dos jovens no campo.

2. Programa de Segurança Alimentar e Nutricional

Objetivo: Promover a segurança alimentar e nutricional no município através da ampliação do acesso a alimentos saudáveis e adequados, do fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento de políticas públicas integradas que combatam a fome e garantam a soberania alimentar.

Ações:

- . Estabelecer parcerias para oferta de serviços de assistência técnica, inspeção, cursos, processamento e distribuição de alimentos provenientes da agricultura familiar.
- . Promover e divulgar estudos e orientação sobre a estrutura de armazenamento, processamento e distribuição dos programas de alimentação escolar (PNAE) e aquisição de alimentos (PAA e PMAIS).
- . Viabilizar recursos para implementação de cozinhas solidárias nas periferias.
- . Institucionalização da Política Pública Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

3. Programa de Infraestrutura e Inclusão Rural

Objetivo: Promover o desenvolvimento rural sustentável e a inclusão social nas áreas rurais do município através da ampliação e modernização da infraestrutura básica, da promoção da inclusão digital e do apoio a políticas públicas específicas para os diferentes grupos sociais.

Ações:

- . Avaliar a possibilidade de Pagamento por Serviço Ambiental (PSA) aos produtores rurais que preservam áreas de mananciais.
- . Viabilizar melhorias da rede de energia elétrica a todas as propriedades rurais do município, utilizando tecnologias modernas e sustentáveis, como painéis solares e energia eólica, bem como a expansão da rede elétrica nas áreas rurais.
- . Implantar um Programa de Pavimentação e Conservação de Estradas Vicinais, utilizando técnicas sustentáveis de pavimentação, revestimento primário e conservação adequada.

4. Programa de Educação e Capacitação Digital

Objetivo: Promover a inclusão digital da população rural, capacitando-a para o uso de novas tecnologias no desenvolvimento de atividades agrícolas, acesso à informação, comunicação e serviços públicos, contribuindo para a sua permanência no campo e o desenvolvimento socioeconômico local.

Ações:

- . Alfabetização Digital para Agricultores Familiares com oferta de cursos básicos de informática e internet para agricultores familiares, abordando temas como navegação na web, uso de aplicativos de mensagens, pesquisa online e ferramentas digitais para agricultura.
- . Disponibilizar uma plataforma online que reúna informações relevantes para os agricultores familiares, como previsão do tempo, estudos de demanda e cotações de mercado, técnicas de cultivo, legislação e acesso aos serviços públicos.
- . Oferecer capacitação em Marketing Digital para Produtos da Agricultura Familiar, buscando parcerias para capacitar os agricultores familiares no uso das redes sociais, e-commerce e outras ferramentas digitais de divulgação e comercialização de seus produtos.

Trabalho, Geração de Emprego e Renda e Economia Solidária

A desigualdade social é reconhecidamente um dos entraves mais graves entraves a uma perspectiva de desenvolvimento econômica e socialmente sustentável.

Cabe ao Município estabelecer uma política permanente e efetiva de capacitação profissional e intermediação de mão de obra (parceria com sistema S) para a formação das pessoas que procuram emprego.

No entanto as últimas gestões não criaram novas estruturas de apoio e sucatearam as existentes. Não há técnicos especializados ou orientadores técnicos para acompanhamento de empregabilidade na cidade, análise de vagas demandadas e previsão de demandas para formação de mão de obra.

É urgente estabelecer uma política integrada de apoio e fomento ao emprego, apoiada em banco de dados atualizado e com pessoal qualificado para análise e proposição de ações que articulem os diferentes órgãos de deliberação e atuação nas diferentes áreas de geração de emprego, trabalho e renda.

Programas

1. Programa de Fomento ao Emprego

Objetivos: organizar a política pública municipal de fomento ao emprego formal nos diferentes setores da economia de forma adequada à potencialidade do mercado de trabalho no município.

Ações:

- . Criação do Observatório do Emprego, em parceria com as universidades.
- . Criação de plano municipal integrado para fomentar a geração de trabalho (economia solidária) e emprego, com base na vocação econômica e desenvolvimento regional, por meio de parcerias com instituições públicas, terceiro setor e iniciativa privada.
- . Implantação de programa de bolsas permanência para qualificação dos trabalhadores como instrumento de combate à evasão e que permita ao trabalhador se qualificar.
- . Formatar programa de incentivo/apoio à qualificação na área de tecnologia, articulado com os atores dos hubs de inovação e tecnologia e desdobrado em incentivo ao primeiro emprego, estágio e requalificação profissional.
- . Rever e implementar o Plano Municipal de Turismo e reativar o Centro Integrado de Turismo, priorizando atividades que articulem gestão e usos sustentáveis e de base comunitária associando assim geração de emprego e renda com sustentabilidade.
- . Fomentar o uso de aplicativos turísticos da cidade (rural, cultural, acadêmico, de negócios, etc.), para integrar os setores envolvidos, como universidades, bares, restaurantes, hotéis, etc.

2. Programas de geração de trabalho, renda e economia solidária

Objetivos: Retomar um processo de articulação e planejamento das distintas iniciativas e frentes da atuação cooperativada e solidaria, estimulando a incorporação de novas ferramentas e aplicativos de gestão.

Ações:

- . Regulamentação e inauguração da Incubadora Pública de Economia Solidária, com mapeamento georreferenciado de identificação de oferta e demanda de produtos e serviços como incentivo à formação de empreendimentos, feiras e cooperativas.

- . Implantar sistemática de estímulo à incubação de novas iniciativas econômicas solidárias com a formação de equipe multidisciplinar qualificada para orientação na elaboração de plano de negócios e acompanhamento da viabilidade econômica.
- . Programa **Coopera Sanca**, de incentivo ao cooperativismo solidário e apoio à formação de cooperativas de trabalho em setores estratégicos e necessários na prestação de serviços tanto para o poder público, quanto para a população em geral.
- . Programa de apoio à economia popular e criativa, estimulando ambulantes e artesãos que trabalham de forma individual a se articular em espaços coletivos de comercialização, com regras para uso e ocupação de espaços públicos.
- . Articular e integrar as feiras da agricultura familiar com os grupos de economia solidária e economia popular, criando um programa unificado de feiras e oferecendo alimentos, produtos e serviços de qualidade e preços acessíveis.
- . Avaliar a viabilidade de aquisição do edifício do Centro Público Herbert de Souza – Betinho, considerando a localização privilegiada e a possibilidade de abrigar outros órgãos públicos afins à economia solidária.
- . Implantar um Programa de Sustentabilidade, que incentive o consumo sustentável e a ampliação progressiva da coleta seletiva por meio do fortalecimento da Coopervida (cooperativa de catadores).
- . Estudar a viabilidade de criação de uma moeda social associada a programa de inclusão social (plataforma e-dinheiro), para desenvolvimento das economias no território.
- . Construir/utilizar plataformas digitais coletivas e solidárias com foco em trabalho de prestação de serviços de transporte, entregas e outros.
- . Usar as compras públicas como instrumento de desenvolvimento local e garantir a participação legal de Cooperativas de Trabalho nos processos licitatórios da Prefeitura e de outros órgãos públicos em São Carlos.
- . Criação de espaço físico de ação de comércio justo e solidário (Lei 15.196/2010)
- . Estudar a garantia, por Lei, de um percentual da LOA para o Fundo Municipal de Economia Solidária.
- . Implantar um programa de revitalização de espaços públicos onde ocorrem atividades econômicas ao ar livre (feiras), com banheiros públicos e áreas multifuncionais de lazer e convivência.

Cidadania Plena e Inclusiva

Cultura e economia criativa

A importância da cultura como elemento estruturador das condições de sociabilidade da vida contemporânea é uma ideia que ganhou força no final do século passado e se condensou na aprovação pela Assembleia Geral da ONU da chamada Agenda 21. No seu capítulo sobre a cultura, esta é compreendida como essencial para a garantia dos direitos humanos, diversidade cultural, sustentabilidade, democracia participativa e a criação de condições para a cultura da paz.

Além disso, a cultura, compreendida como parte integrante da chamada economia criativa representa um percentual cada vez mais significativo da geração de renda e trabalho em todo o planeta, atingindo, no caso brasileiro, um pouco mais de 3% do PIB.

Institucionalmente, durante as gestões do PT a cultura tinha o status de Coordenadoria, dada sua perspectiva de intersetorialidade e respondia diretamente ao Gabinete do Prefeito. Atualmente está integrada à estrutura da Secretaria de Esportes e reduzida ao CEMAC – Centro Municipal de Cultura, ao Teatro Municipal e à realização de eventos dispersos, num quadro geral marcado pela desvalorização, carência de pessoal qualificado e atrasos no pagamento de editais como as Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo.

Programas

1. Programa de Fortalecimento Institucional da Cultura

. *Objetivo: estabelecer as condições administrativas, legais e institucionais para a consecução de uma política cultural municipal baseada nos princípios da sustentabilidade, da equidade e da paz.*

. **Ações:**

- . Criação e implantação da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, com a missão de coordenar as políticas culturais do município.
- . Atualização e consolidação do Sistema Municipal de Cultura, revisando legislação e estruturas institucionais para adequação ao Sistema Nacional de Cultura, com participação do Conselho Municipal de Cultura e dos Fóruns e Coletivos culturais.
- . Consolidação do sistema municipal de financiamento à cultura, incluindo a criação do selo "apoio à cultura" e atualização dos mecanismos de isenção fiscal da Lei de Incentivo à Cultura.
- . Retomar um patamar mínimo permanente de dotação orçamentária municipal para as ações em Artes, Cultura e Economia Criativa buscando sua ampliação ao longo do tempo.
- . Implantar Observatório de Políticas Culturais e Economia Criativa para avaliação e acompanhamento de políticas públicas na área.
- . Realizar no primeiro ano de governo a Conferência Municipal de Cultura para estabelecimento de objetivos e perspectivas estratégicas.

2. Programa de Acesso e Diversidade Cultural

. *Objetivos: estabelecer agenda de eventos culturais e implantar mecanismos institucionais de suporte a atividades culturais focadas na universalização do acesso e na valorização da diversidade.*

Ações:

- . Realização da Feira Anual do Livro e da Leitura para promover o acesso à cultura e estimular a participação da sociedade civil, instituições e empresas.

- . Criação do Programa Diversidade Cultural para valorizar e promover a diversidade cultural em parceria com diferentes instituições.
- . Construção do Centro Cultural São Carlos como espaço multifuncional para diversas atividades culturais acessíveis a todos os segmentos da sociedade.
- . Estudar a viabilidade da manifestação de interesse público ao edifício do Grêmio Recreativo Flor de Maio, pelo importante papel que essa agremiação desempenhou no município, como porta voz da comunidade negra e preservação de sua cultura.

3. Programa de Desenvolvimento Cultural nos Bairros:

Objetivo: descentralizar a oferta de atividades culturais, buscando superar a desigualdade de acesso e estimular manifestações locais.

Ações:

- Implementação do Programa Ciranda Cultural para levar atividades culturais aos bairros, especialmente os mais carentes, visando à formação e fruição cultural para crianças e adolescentes.
- Requalificação de espaços culturais existentes nos bairros, transformando-os em centros culturais que abriguem diversas linguagens artísticas e promovam a diversidade cultural.
- . Recrear o projeto Tenda Móvel de Teatro, em todos os bairros da cidade, para que grupos cênicos da cidade circulem com seus trabalhos, e levem atividades e formação à população.
- . Reativar o Projeto Cinema nos Bairros e Cine mais Sentidos, garantindo regularidade de sessões de exibição de produtos audiovisuais em espaços públicos, prioritariamente nas regiões periféricas.
- . Articular junto à Rede de Pontos de Cultura a territorialidade de ações, projetos e eventos culturais, garantindo o acesso à cultura em todos os bairros do município, incluídos os dois distritos.

4. Programa de Educação e Comunicação para a Cidadania

Objetivo: Desenvolver mecanismos e processos de comunicação integrada na promoção da cultura e na valorização da diversidade e da cultura ad paz.

Ações:

- . Criação do Programa Municipal de Educomunicação (TV Educativa) em parceria com as secretarias municipais de Educação, Cidadania e Assistência Social e Saúde, promovendo a educação para cidadania por meio da produção coletiva de comunicação.
- . Estabelecimento de convênios de cooperação com as universidades para desenvolvimento de programas culturais de valorização e estímulo à produção cultural.
- . Fortalecer a TV Educativa, garantindo a ampliação do quadro de funcionários e contratação de profissionais.
- . Ampliar a utilização do instrumento de consulta pública nos processos de decisão sobre políticas culturais aliando ações presenciais e ferramentas digitais

Educação para a Cidadania

A Educação é um direito de todos, assegurado pela Constituição Brasileira e cabe ao Sistema Municipal de Ensino implementar políticas próprias que, em consonância com as diretrizes governamentais e do Plano Municipal de Educação (PME), busquem garantir melhorias continuadas na relação ensino aprendizado, na difusão e respeito aos direitos da criança e da infância, na qualidade social da educação, no respeito ao

meio ambiente, aos direitos humanos e na redução do analfabetismo na nossa cidade.

A Secretaria Municipal de Educação é composta por 51 unidades de educação infantil e 10 unidades do Ensino Fundamental, das quais apenas 1 oferece o período integral. O município oferece hoje um total de 15.285 matrículas, sendo 8.435 no ensino infantil (pré-escola e creche) e 6.570 no fundamental, além das matrículas no EJA.

Os trabalhadores da Educação, totalizam aproximadamente 3.400 profissionais e temos certeza de que compartilham nosso princípio fundamental que a educação ser inclusiva, antirracista, socioambiental, equitativa e de qualidade.

E para tanto ela deve promover igualdade de oportunidades de ensino-aprendizagem, buscar o desenvolvimento permanente, utilizando o acompanhamento e avaliação dos objetivos estabelecidos e valorizar dos profissionais da educação, promovendo práticas democratizantes e sustentáveis.

Programas

Programa de educação para redução das desigualdades

Objetivo: criar indicadores e mecanismo de avaliação e planejamento do sistema educacional do município como instrumento de promoção da democratização e do combate às desigualdades

Ações:

- . Criar um indicador próprio de qualidade de ensino para o Ensino Fundamental, articulado e complementar às avaliações externas.
- . Instituir, em conjunto com as escolas públicas e privadas, Círculos de Estímulo e desenvolvimento de vocações para a ciência, para a expressão artística, para a leitura, a matemática e suas aplicações no campo social.
- . Monitorar o processo de alfabetização das unidades escolares na perspectiva de atingir, no mínimo, os índices do IDEB.
- . Implantar Centro de Referência para atendimento e qualificação profissional para Jovens e Adultos.
- . Promover discussão para implantação de Currículo próprio, em parceria com as Universidades, para a incorporação de diretrizes que promovam o combate ao racismo, o respeito às mulheres, a educação ambiental e o letramento digital.
- . Promover uma rede intersetorial de auxílio, proteção, cuidado e busca ativa para atender os estudantes em situação de risco, violência e vulnerabilidade social.
- . Criar o Departamento de Merenda Escolar, implantando um sistema informatizado de gestão e segurança da alimentação escolar.
- . Recuperar e ampliar a rede de Escolas do Futuro para o fortalecimento do estímulo à leitura, à cultura e ao letramento digital

Metas:

- . Universalizar a educação infantil a partir dos 4 anos e atender a demanda manifesta de 0 a 3 anos.
- . Ampliar o atendimento de Tempo Integral na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, conforme previsto no PME.
- . Atender, progressivamente, a proporcionalidade do número de estudantes por professores, conforme as metas do PME.

Programa de Educação Especial Inclusiva

Objetivo: universalizar o atendimento integrado e inclusivo dos estudantes com neurodiversidades

Ações:

- . Planejar a ampliação da Educação Especial, visando a sua universalização e o cumprimento do PAEE (Plano de Atendimento Educacional Especializado).
- . Promover a qualificação dos trabalhadores da educação para identificar possíveis

casos de Transtornos Específicos de Aprendizagem, visando diagnóstico, intervenções e acompanhamento dos estudantes com neurodiversidades

. Promover parcerias com Universidades, CRAS, CREAS, USF, CAPS projetos integrados de avaliação, diagnóstico e intervenção multidisciplinar.

. Promover espaços educativos às famílias de estudantes da Educação Especial, para compreensão das necessidades específicas de seus filhos.

. Criar um Setor de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado, com equipe multidisciplinar, para orientação teórico-metodológica e acompanhamento no processo de ensino-aprendizagem.

Metas:

. Universalizar o atendimento dos estudantes da Educação Especial nas salas de aula do ensino regular, assegurando o atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recurso Multifuncionais.

Programa São Carlos Cidade Educadora e da Criança

Objetivo: promover a valorização dos espaços públicos como instrumentos de formação e desenvolvimento da cidadania.

Ações:

. Promover arte-educação itinerante, por meio do Sistema Integrado de Bibliotecas do Município de São Carlos (SIBiSC).

. Modernizar o Sistema Integrado de Bibliotecas do Município de São Carlos (SIBiSC), atualizando o sistema de informatização

. Integrar a dimensão educativa do Museu da Ciência Prof. Mario Tolentino ao currículo da rede municipal.

. Promover, em conjunto com a Fundação Pró-memória, projetos e ações de educação patrimonial e resgate da memória da sociedade são-carlense.

. Fortalecer ações e procedimentos para a proteção e segurança nos espaços escolares e seu entorno

.

Programa de Valorização dos profissionais da Educação

Objetivo: resgatar a dignidade e reconhecer a relevância dos profissionais da educação na construção de uma sociedade democrática, soberana, social e ambientalmente sustentável.

Ações:

. Regulamentar o CeFPE (Centro de Formação dos Profissionais da Educação) e implantar programa de formação continuada dos servidores.

. Promover estudos para a regulamentação de jornadas docentes, de acordo com as diferentes demandas e realidades educacionais.

. Regulamentar as funções de professor de apoio e de substituição.

Estudar a Criação dos cargos de bibliotecário(a) e de professor bilíngue.

. Estudar a valorização dos trabalhadores(as) da educação, que atuam em áreas de vulnerabilidade social.

Programa de Inovação e Democratização da Gestão Educacional

Objetivos: incorporar processos de modernização e gestão participativa do sistema educacional do município.

Ações:

- . Fortalecer a atuação dos Conselhos relacionados a Educação.
- . Estruturar as unidades escolares com quadro funcional de carreira, de acordo com as especificidades de cada escola e nível de atendimento.
- . Modernizar os processos e as ferramentas digitais de gestão da rede municipal.
- . Elaborar módulos formativos para auxiliar na gestão escolar e suas respectivas dimensões (pedagógica, administrativa, financeira, de pessoal e de comunicação), inclusive no enfrentamento de desafios como: prevenção das violências, engajamento dos estudantes, procedimentos disciplinares, ética do servidor etc.
- . Ampliar as informações para o acesso da população aos dados relativos à vida escolar.

Esportes e Lazer

As Políticas Públicas de Esporte e Lazer em São Carlos devem enfrentar a discrepância entre o direito constitucional ao esporte e lazer, garantido pela Constituição Brasileira e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, e a sua efetiva implementação, pois, o desemprego, os baixos salários, a precarização das leis trabalhistas, ao afetarem os/as trabalhadores e trabalhadoras também afetam seus/uas filhos/as no usufruto do esporte e do lazer.

Além do "Esporte de Rendimento", objetiva-se promover outras formas de esporte e lazer, como "Esporte Educação", "Esporte Comunitário", "Esporte Para Pessoas com Deficiência" e o lazer como um todo.

A participação da comunidade em diálogos e proposições coletivas objetiva a construção de uma política pública mais inclusiva e equitativa. Cabe resgatar que tivemos em São Carlos duas Conferências Municipais de Esporte e Lazer (2005 e 2008) das quais resultaram duas Cartas que, apesar de elaboradas de maneira Participativa, não foram contempladas nas últimas gestões.

Programas

1. Programa de Fortalecimento e Capacitação da SMEL.

Objetivo: Reestruturar e capacitar a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL) para garantir uma gestão eficiente e qualificada.

Ações:

- . Garantir a aplicação do orçamento seguindo os critérios aprovados pelo Fundo Municipal de Esportes e Lazer (FUMDEL), de 25% para cada uma das quatro modalidades.
- . Promover estudos sobre reestruturação administrativa para garantir que cargos de direção e coordenação sejam ocupados predominantemente por profissionais concursados e qualificados nas áreas de educação física, esporte ou lazer, conforme a legislação vigente (Lei 9.696/98).
- . Desenvolver um programa permanente de capacitação e atualização profissional para servidores da área de esporte e lazer.

2. Programa de Manutenção e Conservação de Instalações Esportivas e de Lazer.

Objetivo: Garantir a manutenção e conservação adequadas dos ginásios, centros esportivos, parques, jardins e áreas de lazer.

Ações:

- . Construir, ampliar, adequar e revitalizar equipamentos públicos de esporte e lazer (centros esportivos comunitários, praças, parques, ginásios, piscinas, salas multiuso de cinema/teatro/arte-educação, áreas de recreação infantil) com atenção prioritária às periferias e prevendo nas construções acessibilidade a PCD.

- . Criar salas/ambientes/praças públicas com infraestrutura adequada para videoconferências, *e-sports*, *e-games*, entre outros interesses virtuais do esporte e lazer, que permitam navegação segura, estável e de qualidade na internet.

3. Programa de Inclusão e Diversificação Esportiva.

Objetivo: Promover a inclusão e diversificação das atividades esportivas e de lazer, atendendo a diferentes grupos sociais.

Ações:

- . Rever o plano de manutenção e conservação regular para ginásios, centros esportivos, parques e áreas de lazer, com o objetivo de que todos os equipamentos estejam em boas condições de uso.
- . Criar *ciclorrotas turísticas* urbanas, tais como entre as Universidades da cidade (UFSCar; USP I e II; UNICEP) e ciclorrotas turísticas rurais, tais como entre as Fazendas Históricas (Conde do Pinhal; Santa Maria; Vale do Quilombo), prevendo pontos de descanso e apoio técnico de manutenção para os ciclistas

4. Programa de Participação Popular e Transparência.

Objetivo: Fomentar a participação popular na definição e avaliação das políticas públicas de esporte e lazer, garantindo transparência nas ações da SMEL..

Ações:

- . Organizar reuniões públicas em diferentes regiões da cidade para envolver a comunidade na definição e avaliação das políticas públicas de esporte e lazer. Promover a transparência através da publicação regular de relatórios de atividades e planos de ação.
- . Criar o Museu do Esporte para recuperação e preservação da memória de Pessoas que realizaram contribuições significativas ao Município no campo da Educação Física, da Motricidade Humana, do Lazer, dos Esportes, dos Jogos, das Ginásticas, das Danças, das Lutas e das Práticas Corporais Alternativas.

5. Programa transversal de Atividades esportivas e Eventos de Lazer.

Objetivo: Promover atividades e eventos que integrem diferentes secretarias municipais e incentivem a prática esportiva e de lazer na comunidade, com interação com atividades turísticas e economia criativa.

Ações:

- . Elaborar política pública de atração de investimentos privados em atividades promotoras de atividades esportivas e eventos de lazer.
- . Lançar editais públicos para estabelecer parcerias com entidades do terceiro setor e outras instituições, visando a execução de projetos sócio esportivos e de lazer.
- . Promover a colaboração com universidades, empresas e outras secretarias municipais para ampliar o alcance e a eficácia das ações.
- . Incrementar políticas afirmativas no campo do esporte e do lazer a minorias, tais como: negros/as, indígenas, mulheres, idosos/as, população LGBTQIAP+, pessoas com deficiência e demais minorias sociais, observando equidade de oportunidades e respeito à diversidade.
- . Realizar a cada semestre o Projeto “Ruas de Lazer”, em regiões do orçamento participativo, com interdição de via e tráfego de veículos, visando transversalidade de ações entre Secretarias Municipais, como p.ex.: Saúde (campanhas de vacinação), Cultura (shows musicais, encenações teatrais, atividades circenses etc.), Educação (Mostra de ações pedagógicas, biblioteca itinerantes etc.), Cidadania (ações sociais), entre outras.

Juventudes: direito ao presente e ao futuro

Apesar da tendência à inversão da pirâmide etária os jovens entre 15 e 24 anos constituem 15% da população são-carlense e constituem um segmento social que merece e demanda um conjunto de políticas públicas específicas que levem em consideração a importância dessa fase da vida na formação do cidadão.

As políticas para a juventude devem levar em conta não apenas o direito ao futuro, expresso no acesso a saúde, educação, lazer e cultura e na formação profissional, mas também o reconhecimento de sua condição de titular de direitos de cidadania no presente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA- já apontou em documento de 2020, um diagnóstico das carências das políticas públicas em relação à infância e a juventude em nossa cidade, que vieram a ser agravadas pela pandemia e pela inoperância da gestão municipal neste setor.

Dentre outros aspectos, o documento indica a falta de coordenação entre os sistemas de informação municipais, a necessidade de formação contínua dos agentes públicos para melhorar o atendimento e acolhimento de jovens e a desigualdade na distribuição de recursos, em prejuízo dos jovens moradores nos setores da cidade mais carentes em equipamentos e atividades de lazer, esporte, cultura, saúde, bem como no acesso ao mercado de trabalho.

As dificuldades de permanência escolar, a evasão e o déficit de aprendizagem foram agravados durante a pandemia e mais uma vez de forma desigual, assim como a vulnerabilidade dos adolescentes e jovens face à violência e à disseminação de drogas.

Programas

1. Juventude Decisora

. *Objetivo: Criar canais e estruturas para fortalecer a participação decisória dos jovens em políticas públicas.*

. **Ações:**

- . Estabelecer fóruns e conselhos de juventude em todas as regiões da cidade.
- . Organizar workshops e seminários para capacitar os jovens sobre governança e políticas públicas.
- . Promover campanhas de conscientização sobre a importância da participação juvenil em processos decisórios.
- . Fortalecer a atuação dos Conselhos Municipais de maior incidência na vida juvenil (Tutelar, Juventude, Saúde, Cultura)
- . Avaliar a possibilidade de implantar uma Secretaria Especial de Juventudes.
- . Criar uma plataforma digital onde os jovens possam sugerir e votar em propostas de políticas públicas de seu interesse.

2. Igualdade de Oportunidades

. *Objetivo: Garantir acesso equitativo a recursos e oportunidades para jovens em áreas vulneráveis.*

. **Ações:**

- . Mapear as condições da juventude em áreas vulneráveis e identificar as necessidades específicas dessas comunidades.
- . Implementar programas de desenvolvimento comunitário focados em lazer, esporte, cultura, saúde e trabalho.
- . Estabelecer parcerias com ONGs e empresas para criar oportunidades de emprego e treinamento.
- . Fornecer bolsas de estudo e subsídios para jovens de áreas vulneráveis.

- . Implementação do “Emprega Juv São Carlos”, projeto de capacitação e inserção do jovem ao mundo do trabalho, garantindo acesso à renda segura e constante.
- . Criação de oficinas culturais como instrumento de fortalecimento de movimentos socioculturais voltados à juventude.

3. Juventude Segura

. *Objetivo: Implementar políticas de proteção para jovens em conformidade com os Direitos Humanos.*

. **Ações:**

- . Desenvolver campanhas de prevenção à violência contra jovens.
- . Criar centros de apoio e proteção para jovens em situações de risco, e de Casas de Acolhimento à juventude LGBT, mais vulnerável a ameaças de violência.
- . Capacitar guardas civis municipais e agentes comunitários em direitos humanos e proteção juvenil.
- . Implementar programas de mediação de conflitos e apoio psicológico nas escolas.
- . Reestruturar e fortalecer o Núcleo de Atendimento Integrado – NAI promovendo a integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria e Assistência Social para atendimento a adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.

4. Educação para o Futuro

. *Objetivo: Combater a evasão escolar e promover a continuidade dos estudos por meio de programas estruturados (e.g. Programa Pé de Meia).*

. **Ações:**

- . Mapear a situação e causas da evasão escolar em parceria com governos estadual e nacional, bem como Organizações Não Governamentais.
- . Oferecer programas de tutoria e mentoria para estudantes em risco de abandono escolar.
- . Implementar atividades extracurriculares que incentivem o interesse dos jovens pela educação.
- . Criar programa de apoio a permanência escolar na rede municipal de ensino, incluído distribuição de material didático, transporte e alimentação escolar.
- . Estabelecer convênio com a Prefeitura de Araraquara para implantar um sistema de transporte de estudantes entre as duas cidades.

5. Protagonismo Jovem

. *Objetivo: Incentivar a participação ativa dos jovens em espaços públicos e instancias de participação e deliberação.*

. **Ações:**

- . Organizar eventos e feiras de juventude para promover o engajamento cívico.
- . Criar programas de voluntariado e serviços comunitários liderados por jovens.
- . Criação do “Protagoniza Jovem”, organizando concursos e premiações de reconhecimento de iniciativas de impacto social protagonizadas por jovens.
- . Desenvolver plataformas online e presenciais para que os jovens possam debater e influenciar políticas públicas.

Saúde, Inclusão e Proteção

Saúde Pública

O Sistema Único de Saúde (SUS) é com certeza a maior e mais abrangente política pública promovida pelo Estado Brasileiro. Em termos constitucionais, é assegurado que a Saúde é direito de todos e dever do Estado, que deve garantir uma saúde pública de caráter universal, equitativa, integral, organizada de forma hierarquizada e regionalizada e com participação social.

Nos últimos doze anos, oito secretários ocuparam o comando da Secretaria Municipal de Saúde, resultando numa total falta de planejamento da gestão - elemento central para o bom funcionamento do SUS. Os Planos Anuais e as Programações de Ações de Saúde não foram executados, reduzindo a eficiência do sistema. O reflexo é claramente sentido por todos que dependem da saúde pública: equipamentos defasados e mal cuidados, filas enormes para acesso aos serviços, desorganização e falta de protocolos de assistência, desmotivação e falta de servidores.

A partir de agosto de 2022, esta secretaria municipal, que absorve mais de 30% do Orçamento Municipal, com mais de 1.300 servidores e centenas de trabalhadores terceirizados - inclusive de profissionais da saúde -, entrou como uma das principais moedas de troca na partilha entre os vereadores. Passando a privilegiar seus pedidos, descumprindo com o caráter de universalidade e equidade no acesso aos serviços.

A futura administração municipal terá uma tarefa hercúlea na reconstrução e reorganização de todo o sistema público de saúde, que deverá ser implementada, a partir de planejamento, da participação dos profissionais da área, das universidades, das entidades conveniadas e dos usuários.

Programas

1. Programa de Valorização da Atenção Primária em Saúde (APS).

Objetivo: Aprimorar os equipamentos e os procedimentos do primeiro nível de atenção em Saúde, melhorando a prevenção, a proteção, diagnóstico, tratamento e reabilitação.

- 1.1. Redefinição dos territórios para as ações de APS. Reestruturação de toda a rede de Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC). Aumentar a resolutividade das ações de assistência em saúde destas unidades. Colocar equipamentos para exames menos complexos e rotineiros nas unidades.
- 1.2. Efetiva implantação de programas de Saúde da Mulher, de Saúde da Pessoa Idosa, de Saúde da Criança e do Adolescente, de Saúde da População Negra, de Saúde da População LGBTQIA+, de Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador nas unidades da APS. Incluir as unidades dentro do Programa de Saúde Mental.
- 1.3. Retomada da Estratégia de Saúde da Família como modelo prioritário na APS.
- 1.4. Redimensionar o contingente de Agentes de Combate às Endemias (ACEs).
- 1.5. Reforma, adequação e programa de manutenção das Unidades Básicas de Saúde (UBS).
- 1.6. Criação de Programa das Práticas Integrativas Complementares (PICs)
- 1.7. Desenvolver junto com a Secretaria Municipal de Educação o Programa Saúde na Escola.
- 1.8. Utilização da Telemedicina como ferramenta eficiente para dar agilidade a consultas e exames.

2. Programa de Requalificação da Atenção Especializada em Saúde (AES)

Objetivo: Aprimorar o conjunto de ações, práticas e técnicas assistenciais articuladas, que demandam atendimento direcionado em áreas da especialidade médica.

- 2.1. Readequação dos equipamentos públicos ou conveniados.
- 2.2. Planejamento, coordenação e integração efetiva entre todas unidades executoras da AES, dinamizando e otimizando o uso das vagas, reduzindo drasticamente o tempo de espera, com uma regulação transparente e resolutive.
- 2.3. Agilizar a entrega de órteses e próteses.
- 2.4. Fortalecer os Programas de Saúde do Centro de Atendimento de Infecções Crônicas (CAIC).
- 2.5. Fortalecer o Programa de Atendimento às Vítimas de Abuso Sexual (PAVAS).
- 2.6. Implementar efetivamente o Programa “Brasil Sorridente” do MS.
- 2.7. Aumentar o atendimento da Saúde Bucal nas unidades da APS.
- 2.8. Melhorar os atendimentos de Saúde Bucal no CEO e nas UPAs.
- 2.9. Retornar o atendimento odontológico, nas Escolas Municipais.

3. Programa de Reconstrução da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de Saúde Mental.

Objetivo: Reconstruir a rede de atendimento das pessoas com problemas mentais, inclusive os originados pela dependência química.

- 3.1. Redimensionar as equipes preconizadas pelo Ministério da Saúde
- 3.2. Analisar a possibilidade de efetivar o CAPS Mental 24 horas
- 3.3. Estudar a implantação de Centros de Formação, Convivência e Cooperativas (CECOs) para pacientes leves e moderados.
- 3.4. Estudar a criação da urgência psiquiátrica, com sala de estabilização.
- 3.5. Educação continuada para todos os profissionais da RAS.
- 3.6. Estabelecer parceria contratando novas entidades ou ampliação os convênios já firmados, para zerar a fila de crianças que aguardam pela realização de laudos sobre suas necessidades especiais. Criar programa que promova o desenvolvimento.

4. Programa de Reorganização da Atenção Pré-hospitalar.

Objetivo: Melhorar o atendimento fora do ambiente hospitalar, que é fundamental nas urgências e pode ser o diferencial entre a vida e a morte.

- 4.1. Implantar a manutenção preventiva nos veículos do SAMU e programar a restauração e ampliação da frota.
- 4.2. Ter um planejamento efetivo de reformas e manutenção das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Rever o contrato de terceirização dos profissionais médicos. Aumentar a resolutividade e rapidez no atendimento nas UPAs, adequando o quadro funcional, estrutura física e tecnológica. Manter segurança permanente nas UPAs.

5. Programa de Melhoria da Atenção Hospitalar.

Objetivo: Aprimorar o atendimento hospitalar que é o nível mais elevado de atenção a saúde no município e visa tratar, em hospitais, as pessoas com sofrimento.

- 5.1. Aumentar o número de cirurgias eletivas, visando diminuir drasticamente as filas de espera. Fazer gestão junto ao Ministério da Saúde e à Secretaria Estadual de Saúde para a conclusão do HU, ampliação do atendimento na Sta. Casa e Implantação de novos leitos de Saúde Mental junto aos dois hospitais.

5.2. Estabelecer protocolos para a regulação de acesso às ações e serviços hospitalares.

5.3. Elaborar campanha de esclarecimento da população sobre o funcionamento e acesso aos vários equipamentos do Sistema de Saúde municipal.

6. Programa para Organizar a Política de Assistência Farmacêutica.

Objetivo: Melhorar o acesso a medicamentos eficazes, seguros e de qualidade a população.

6.1. Definir periodicamente a Relação Municipal de Medicamento (REMUME).

6.2. Implantar as farmácias públicas de caráter regional, com informatização de todo o sistema.

6.3. Implantar mecanismos de distribuição de medicamentos “em casa”, para os pacientes com dificuldades de locomoção.

7. Programa de Vigilância em Saúde.

Objetivo: Implementar políticas públicas de proteção a saúde, lastreadas em processos contínuos e sistemáticos de coleta de informações.

7.1. Utilizar os indicadores de saúde como instrumento de planejamento e acompanhamento das doenças de maior prevalência.

7.2. Integrar as Unidades de Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental (Zoonoses), com as unidades da Atenção Primária à Saúde.

7.3. Capacitar e integrar os profissionais da APS, para participarem de ações de vigilância em saúde, com foco nas ações preventivas.

7.4. Garantir que o CEREST tenha ações efetivas na articulação entre a vigilância em saúde do trabalhador e a atenção básica.

7.5. Fortalecer as ações de prevenção e de orientação da Vigilância Sanitária.

7.6. Estabelecer um programa permanente de prevenção das arboviroses, particularmente de combate ao mosquito Aedes Aegypti. Recriar o Mutirão Cidade Limpa e adotar novas técnicas de controle do mosquito Aedes Aegypti.

8. Programa Permanente de Formação, Qualificação e Valorização dos Profissionais da Saúde.

Objetivo: Capacitar continuamente o quadro de servidores, que é o principal responsável pela qualidade do atendimento na saúde.

8.1. Investir na qualificação contínua dos profissionais da saúde.

8.2. Elaborar, com participação dos profissionais do setor, o Estatuto da Saúde

9. Programa de estímulo a participação e controle social

Objetivo: Estimular a participação da comunidade na definição das prioridades e da avaliação dos serviços de saúde.

9.1. Realizar a Conferência Municipal de Saúde a cada dois anos.

9.2. Manter relação propositiva com o Conselho Municipal de Saúde (CMS).

9.3. Implantar os conselhos gestores das unidades de saúde.

9.4. Construir de maneira participativa os Planos relacionados a Saúde

9.5. Criar a Ouvidoria municipal do SUS.

9.6. Dar ampla publicidade a todas as ações da Secretaria Municipal de Saúde.

Direitos Humanos e Cidadania

O município de São Carlos enfrenta um desafio crucial: a desigualdade estrutural permeia diversas esferas da sociedade, impactando negativamente grupos sociais vulneráveis.

A ausência de políticas públicas eficazes e o acesso desigual a serviços básicos configuram um cenário preocupante para a população LGBTQI+, vítimas de intolerância religiosa, minorias raciais, idosos, pessoas com deficiência e crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

A falta de apoio e investimento em conselhos participativos, como o Conselho da Diversidade e o Conselho da Comunidade Negra, agrava a situação, evidenciando a necessidade urgente de ações governamentais para garantir a inclusão, o respeito e a promoção da igualdade para todos os cidadãos.

Considera-se que o enfrentamento transversal e articulado dos desafios na promoção da cidadania e da equidade racial, de gênero, de inclusão e acolhimento demanda a criação de uma **Secretaria de Direitos Humanos**, com departamento e seções organizadas para abarcar a diversidade de pautas concernentes

Programas

1. Programa de Educação e Conscientização sobre Igualdade Racial e diversidade Religiosa

Objetivo: Promover a igualdade racial e o respeito quanto a diversidade de crenças através de educação e conscientização.

Ações:

- . Desenvolvimento de currículos escolares que abordem a diversidade étnica e cultural.
- . Campanhas públicas de prevenção e combate à violência religiosa.
- . Parcerias com universidades e organizações culturais para promover eventos de celebração da diversidade.
- . Fiscalização e aplicação rigorosa da legislação contra discriminação e intolerância.

2. Programa de Promoção da Inclusão e Diversidade Municipal

Objetivo: Promover a igualdade e a inclusão de todas as comunidades marginalizadas em São Carlos.

Ações:

- . Fortalecimento dos Conselhos Municipais da Diversidade Sexual e da Comunidade Negra.
- . Implementação de políticas de saúde específicas para a população LGBTQIAPN+.
- . Realização de Campanhas Permanentes de conscientização sobre diversidade étnica e religiosa pelo sistema de comunicação institucional do Município
- . Educação continuada e treinamento de servidores públicos em práticas e princípios de atendimento inclusivo e respeitoso.

3. Programa de Acessibilidade e Inclusão

Objetivo: Garantir a inclusão e a acessibilidade das pessoas em todos os aspectos da vida municipal.

Ações:

- . Reestruturação e fortalecimento das áreas do serviço público ligadas ao atendimento de pessoas portadoras de direitos especiais.
- . Ampliar parcerias com entidades de atuação na atenção e educação a portadores de necessidades especiais.
- . Realizar parcerias para a criação de Centros de Diagnóstico e Intervenção Precoce para crianças com TEA, de maneira articulada às ações da Educação.
- . Treinamento permanente das equipes de saúde e assistência social.

- . Campanhas de incentivo para contratação de PCDs no mercado de trabalho.

4. Programa de Atendimento Integral ao Idoso

Objetivo: Aplicar de forma eficiente a Política Nacional do Idoso e melhorar a qualidade de vida dos idosos através de políticas públicas municipais abrangentes e eficazes.

Ações:

- . Implementação eficiente da Política Nacional do Idoso.
- . Criação de campanhas de conscientização sobre direitos dos idosos.
- . Simplificação dos procedimentos burocráticos para acesso a benefícios e serviços.
- . Fortalecimento do Centro do Idoso com mais recursos e programas.
- . Promoção de espaços de diálogo e audiências públicas para discutir as necessidades dos idosos.

5. Programa de Defesa da Igualdade Racial e da Diversidade Religiosa

Objetivo: Promover campanhas de esclarecimento e ações de fiscalização do cumprimento dos dispositivos legais quanto a igualdade racial e o respeito quanto a diversidade de crenças.

Ações:

- . Desenvolvimento de currículos escolares que abordem a diversidade étnica e cultural.
- . Campanhas públicas de prevenção e combate à violência religiosa.
- . Parcerias com universidades e organizações culturais para promover eventos de celebração da diversidade.
- . Fiscalização e aplicação rigorosa da legislação contra discriminação e intolerância.

6. Programa de Saúde Inclusiva e Equitativa

Objetivo: Garantir que todos os grupos sociais tenham acesso igualitário a serviços de saúde de qualidade, com especial atenção aos setores sociais vulnerabilizados.

Ações:

- . Criação de um sistema de monitoramento e avaliação das políticas de saúde para a população LGBTQ+ integrado aos projetos de governo digital e cidade inteligente
- . Treinamento contínuo de profissionais de saúde sobre uso de nome social e necessidades específicas de saúde.
- . Estudos sobre centros de saúde comunitários com serviços especializados para diversos grupos vulneráveis.

Mulheres

As mulheres continuam sendo as mais afetadas por violência, desigualdade salarial e vulnerabilidade social. Estatísticas de 2022 indicam que 71,9% das vítimas de feminicídio tinham entre 18 e 44 anos, com uma prevalência de mulheres pobres, pretas e pardas (61,1%).

A equidade de gênero ainda está longe de ser alcançada, com várias barreiras impedindo o progresso das mulheres, incluindo questões relacionadas ao direito sobre seus próprios corpos, como a decisão sobre o aborto, muitas vezes negado mesmo nas condições previstas legalmente.

Apesar de avanços em termos de carreira e posições ocupadas por algumas mulheres, muitas continuam sendo silenciadas, ameaçadas e cerceadas. Por fim, lembra-se que são as mulheres as mais afetadas em situações de desastres, fome e vulnerabilidade.

São Carlos enfrenta desafios semelhantes ao resto do país no combate à violência contra a mulher, acesso a serviços de saúde, oferta de creches e incentivo ao empreendedorismo. As últimas gestões do município seguiram uma lógica de desmonte dos avanços, exacerbando os desafios enfrentados pelas mulheres. É essencial reconstruir a rede de apoio e atendimento às mulheres, avançando na capacitação para garantir independência financeira, dado que muitos lares em São Carlos, assim como no resto do país, são mantidos por mulheres, evidenciando a necessidade de políticas de apoio e capacitação.

Programas

1. Programa de Combate à Violência de Gênero

Objetivo: Estabelecer uma política permanente de combate à violência de gênero por meio de ações transversais de uma rede integrada de serviços.

. Ações:

- . Desenvolvimento de campanhas de conscientização em redes sociais, escolas, creches, espaços culturais e comunidades.
- . Estabelecimento de um fluxo de atendimento a mulheres vítimas de violência que evite a sua revitimização e constrangimento.
- . Colaborar em programas para a qualificação de recursos humanos com escuta qualificada e formação contínua dos profissionais da Delegacia de Mulher.
- . Recuperação e fortalecimento do Centro de Referência da Mulher e da Casa Abrigo, nos moldes da Casa da Mulher Brasileira.
- . Revisão e fortalecimento das medidas protetivas e criação de canais diretos de comunicação para denúncias pelas vítimas e testemunhas.

2. Programa de Saúde Integral para Mulheres

Objetivo: Fortalecer os serviços de saúde voltados para as mulheres, garantindo cuidados específicos e ampliando a acessibilidade.

Ações:

- . Atendimento especializado para mulheres vítimas de violência, puérperas e políticas de informação sobre amamentação.
- . Integração entre escolas, CRAS e Centros de Referência para identificar e acompanhar casos de violência.
- . Promoção de programas de educação para as relações de equidade étnico-raciais e combate ao racismo.

3. Programa de Capacitação e Empoderamento Econômico

Objetivo: Promover a independência financeira das mulheres através da capacitação e incentivo ao empreendedorismo e a economia solidária.

. Ações:

- . Ampliação das vagas e dos horários de atendimento das creches em conformidade com o horário comercial e de trabalho.
- . Estimular a qualificação profissional das mulheres com cursos de formação em diversas áreas.
- . Incentivo para que as mulheres concluam seus estudos nos níveis fundamental e médio com suporte para cuidados dos filhos.
- Estabelecimento de projetos voltados ao empreendedorismo feminino com suporte e orientações para desenvolvimento de propostas individuais e coletivas.

4. Programa de Apoio Psicossocial e Jurídico

Objetivo: Proporcionar suporte psicossocial e jurídico às mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente vítimas de violência.

- Ações:

- . Criação de grupos de apoio psicológico e jurídico em centros comunitários e escolas.

Formação de parcerias com universidades e ONGs para oferecer atendimento gratuito ou a baixo custo.

Apoio ao desenvolvimento de uma rede de voluntários de apoio emocional e acompanhamento jurídico às vítimas.

Implementação de canais de atendimento online para facilitar o acesso das mulheres aos serviços de apoio.

5. Programa de Comunicação e Tecnologia para Equidade de Gênero

Objetivo: Utilizar tecnologias de informação e comunicação para ampliar a divulgação de redes de apoio, canais de denúncia e programas de capacitação.

- Ações:

Criação de uma plataforma online integrada e dirigida às mulheres com informações sobre serviços de apoio, denúncias e capacitação.

Desenvolvimento de aplicativos móveis para facilitar a comunicação entre as vítimas e os serviços de atendimento.

Ampliação do alcance das campanhas de combate à violência através das mídias sociais.

Implementação de programas de educação digital para mulheres, com foco em segurança online e uso de ferramentas tecnológicas para o empreendedorismo.

Desenvolvimento Social

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) visa democratizar as políticas públicas e ampliar os direitos sociais e deve ser a referência fundamental para a política municipal.

O Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) de São Carlos (2018-2021) afirma que a população é concentradamente urbana e que não há graves problemas habitacionais.

No entanto a acelerada expansão da malha urbana nas periferias exige a extensão dos serviços e equipamentos de apoio e, por consequência, o aumento de pessoal qualificado e orçamento.

Segundo o Censo de 2022 a população com menos de 15 anos de idade atinge 16,5% do total e a o percentual de idosos acima de 60 anos é de 17,6%, o que indica a necessidade de políticas específicas para esses grupos.

O desmonte dos programas de assistência insuficiência social pelas últimas gestões municipais deixa um quadro de insuficiência orçamentária, sucateamento físico dos equipamentos e abandono do aprimoramento permanente do pessoal da área.

Programas

1. Programa de Orçamento Sustentável para Assistência Social

. *Objetivo: Garantir orçamento municipal adequado para a Assistência Social.*

. Ações:

. Implementar mecanismos legais para assegurar uma dotação orçamentária mínima.

. Estabelecer sistema de indicadores, monitoramento e avaliação da alocação e utilização dos recursos.

2. Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Profissionais do SUAS

. *Objetivo: Garantir a formação contínua e especializada dos agentes públicos na política de assistência social.*

Ações:

. Oferecer treinamentos regulares e específicos conforme as normativas do SUAS.

. Implementar políticas de educação permanente para além da capacitação específica.

3. Programa de Expansão dos Serviços Sociais Básicos e Especiais

. *Objetivo: Avaliar e ampliar a rede de serviços sociais, principalmente nas áreas mais vulneráveis.*

. Ações:

Realizar mapeamento e diagnóstico sócio territorial da rede para identificar necessidades de expansão ou realocação de serviços.

. Ampliar e redefinir a distribuição territorial da rede de unidades de CRAS e outros serviços de proteção para redução de desigualdade de acesso.

. Promover avaliação, manutenção e melhoramento do espaço físico dos CRAS e demais equipamentos da Política Municipal de Assistência Social.

. . Atualizar o mapeamento e cadastramento da população em vulnerabilidade social.

. Adaptar os Programas como Bolsa Família e Cartão Alimentação em função do novo Mapa.

. Equiparar o valor do Cartão Alimentação ao custo real da Cesta Básica.

4. Programa de Melhoria da Articulação Intersetorial

. *Objetivo: Melhorar a comunicação e colaboração entre os serviços de assistência social, saúde e educação de forma a otimizar a intersetorialidade.*

. Ações:

. Implantar atividades de capacitação conjunta para profissionais das três áreas.

. Avaliar e aprimorar parcerias formais e mecanismos de comunicação eficazes para a afirmação e otimização da intersetorialidade.

. Fortalecer estratégias de descentralização de gestão nos territórios de abrangência dos CRAS como forma de aprimorar a articulação com as demais políticas públicas.

5. Programa de Acolhimento da População em Situação de Rua

Objetivos: retomar a política de acolhimento e apoio à população em situação de rua, abandonadas pelas últimas gestões

Ações:

. Ampliação e requalificação do Centro POP, de atenção à população em situação de rua.

. Criação de Casas Repúblicas para abrigar pessoas em fase de busca de emprego e que precisam de endereço físico.

. Contratação de educadores sociais de rua, para ampliar e melhorar o suporte e atendimento direto a essa população.

6. Programa de Inclusão e Proteção da População Indígena, Estrangeira e Idosa (PIPII)

. *Objetivo: Atender às demandas específicas da população indígena, estrangeira e da pessoa idosa com vínculo familiar fragilizado.*

. Ações:

. Realizar mapeamento da população indígena permanente e temporária (estudantes) e criar um Fórum Intersetorial focado na população originária.

. Realizar mapeamento da população de migrantes, estrangeiros e refugiados atualmente residentes em São Carlos.

. Avaliar e redimensionar o número e a distribuição territorial de Centros de Convivência para Idosos, bem como a oferta de serviços na modalidade de Centros Dia.

Segurança pública cidadã

São Carlos enfrenta um declínio evidente, refletido em preocupantes indicadores de segurança pública.

Ao longo de doze anos, o desmonte dos serviços públicos de assistência cidadã fragilizou os setores mais vulneráveis da população, resultando em uma das maiores taxas de mortes violentas na região em 2018 e tornando-se a segunda cidade mais violenta de São Paulo em 2023.

O modelo de segurança pública predominante, centrado na lógica do direito penal e na gestão policial, negligência o acesso aos direitos e à qualidade de vida da população. É essencial construir um modelo de segurança pública mais inclusivo, multidisciplinar e orientado para as demandas da sociedade, com políticas públicas claras e responsabilidades definidas.

É preciso enfrentar práticas inquisitoriais remanescentes, que prejudicam tanto os policiais quanto a comunidade, normalizando comportamentos discriminatórios. Uma abordagem cidadã e democrática da segurança pública deve priorizar a vida, a igualdade de direitos e oportunidades, abrangendo segurança sanitária, jurídica e urbana, com uma visão transversal, cidadã e integrada.

Programas

1. Programa de Segurança Cidadã.

Objetivo: Implementar políticas e ações que priorizem o combate ao crime com respeito aos direitos humanos e às liberdades democráticas, especialmente protegendo os mais vulneráveis.

Ações:

- . Retomar as atividades do Conselho Municipal de Segurança.
- . Revisar e atualizar o Plano Municipal Integrado de Segurança Pública de São Carlos.
- . Expandir e fortalecer instrumentos de inteligência focado na prevenção e mapeamento da criminalidade.
- . Implantar canais de comunicação para centralizar demandas da população.
- . Criar espaços, envolvendo movimentos sociais, conselhos municipais e órgãos de segurança pública de enfrentamento a discriminação aos portadores de deficiência e LGBTQIA+
- . Reforçar o sistema de iluminação pública, nos entornos de equipamentos escolares e de saúde e em pontos de transporte público, principalmente nas regiões mais periféricas.

2. Programa de Proteção Integral.

Objetivo: Fortalecer medidas de proteção e combate à violência contra mulheres, crianças e adolescentes, visando garantir sua integridade e segurança.

Ações:

- . Restabelecer o funcionamento do NAI como rede de apoio à segurança pública e ao menor infrator, com inclusão educacional, cultural, esportiva e capacitação profissional.
- . Expandir a ronda Maria da Penha, garantindo pronto acolhimento, proteção e acompanhamento às vítimas.

3. Programa de Acolhimento e Tratamento.

Objetivo: Desenvolver iniciativas para acolher e acompanhar o tratamento de dependentes químicos, com foco na redução de danos e na integração com serviços de saúde e assistência social.

Ações:

- . Montar equipes de multiprofissionais do PSF, CAPs e CREAs, visando o acompanhamento dos casos com maior risco.
- . Oferecer oportunidades educacionais de esportes e lazer e de capacitação profissional.

4. Programa de Inclusão Social.

Objetivo: Implementar políticas de proteção e inclusão para a população em situação de rua.

Ações:

- . Criar espaços de acolhimento e de oportunidades de inserção na sociedade.
- . Construir parcerias com entidades educacionais e de formação profissional.
- . Criar um sistema descentralizado de espaços para a prática de atividades esportivas e culturais.

5. Programa de Capacitação da Guarda Civil Municipal.

Objetivo: Investir na seleção, formação e capacitação da Guarda Civil Municipal.

Ações:

- . Preparar a GM como principal agente do Programa de Segurança Cidadã.
- . Capacitar a Guarda Municipal, na prevenção de práticas discriminatórias raciais, étnicas, de gênero e outras.
- . Aperfeiçoar o controle da capacidade de intervenção da G.M., implantando programas de certificação e qualificação continuada no uso de EPIs, armamentos letais e não letais.
- .. Ampliar o efetivo da Guarda Municipal para suprir a demanda da segurança escolar.
- . Implantar programa de uso de câmeras corporais para Guarda Municipal e Fiscais do Município.

Defesa animal

A proteção animal em São Carlos teve origem em iniciativas voluntárias que buscavam mitigar o sofrimento dos animais abandonados, resultando na criação de uma ONG e na implementação de políticas públicas a partir do ano 2000.

Durante o período entre 2009 e 2012, a cidade se destacou nacionalmente por suas práticas de proteção animal, contando com orçamento próprio, departamento dedicado, serviços de saúde animal gratuitos, fiscalização eficaz e programas de educação.

No entanto, nos últimos anos, houve uma regressão nesse cenário, com a redução da eficiência das ações preventivas, aumento da burocracia e terceirização dos serviços, resultando em dificuldades para os animais e sobrecarga para as ONGs e protetores individuais.

É necessário retomar o compromisso com a proteção animal, priorizando a eficiência, sensibilidade e o resgate da identidade de "Cidade Amiga dos Animais", reconquistando o título de referência nacional nessa área.

Programas

1. Programa Municipal de Proteção Animal.

Objetivo: Criar uma estrutura dedicada à proteção e bem-estar dos animais, incluindo a promoção da guarda responsável, o combate aos maus-tratos, a realização de castrações, o resgate de animais em situação de risco e a conscientização da população.

Ações:

- . Estudar a possibilidade da criação de uma Secretaria específica para a área da Defesa Animal, visando centralizar e fortalecer as ações nesse campo.
- . Colocar como prioridade a atenção aos animais, em detrimento de ações administrativas.
- . Estabelecer parcerias com o Hospital Veterinário universitário ou clínicas 24h para o tratamento emergencial de animais em risco.
- . Melhorar a divulgação das ações na área de DEFESA ANIMAL nas redes sociais da prefeitura.

2. Programa de Patrulha Pet.

Objetivo: Estabelecer uma patrulha da Guarda Municipal para investigar denúncias de maus-tratos e proteger os animais, em colaboração com fiscais da Defesa Animal.

Ações:

- . Implementar o programa Patrulha Pet, que envolve a formação de uma patrulha da Guarda Municipal, em conjunto com os fiscais da Defesa Animal, para investigar denúncias de maus-tratos.
- . Criar um canal próprio para informações, solicitações e denúncias relacionadas à defesa animal, além de um aplicativo específico com informações sobre as políticas públicas sobre o tema.

3. Programa de Conscientização sobre Cuidados com Animais.

Objetivo: Promover campanha de conscientização sobre a importância da guarda responsável e dos cuidados adequados com os animais de estimação.

Ações:

- . Realizar um Programa de Conscientização sobre Guarda Responsável e Cuidados com os Animais, por meio de palestras nas escolas municipais, estaduais e particulares, com apoio da Secretaria da Educação.
- Realizar campanhas de comunicação institucional sobre adoção, guarda responsável e cuidados com os animais de estimação.
- Adequar legislação municipal aos princípios contemporâneos da proteção animal.

4. Programa de Identificação dos Animais Domésticos.

Objetivo: Retomar o censo dos animais domésticos no município para obter dados precisos sobre a população animal e suas condições de vida.

Ações:

- Retomar o Programa Censo de Animais Domésticos, a ser realizado pelos agentes comunitários da Saúde, com suporte da Secretaria da Saúde.
- Implementar programa de controle por chipagem acessível à população.

5. Programa de Melhoria do Canil Municipal.

Objetivo: Aprimorar as condições do Canil Municipal, garantindo serviços de castração, consultas veterinárias e cuidados básicos, além de melhorar o manejo e o bem-estar dos animais abrigados.

Ações:

- . Retomar as castrações de cães e gatos e as consultas veterinárias no Canil Municipal, com agendamentos acessíveis à população.

- . Aprimorar o tratamento dos animais acolhidos pelo Canil Municipal, garantindo vermífugos, vacinas e antipulgas, com melhorias nas condições de manejo e acomodações.
- . Adquirir viaturas apropriadas para averiguações e resgates de animais em situação de risco.
- . Estudar a definição de linhas de ônibus para melhorar o acesso ao Canil Municipal, facilitando o deslocamento da população nas consultas veterinárias.

Cidade Verde, Justa e Eficiente

Meio Ambiente, Transição Ecológica e Energética (Economia Verde)

O modelo civilizatório atual, baseado no capitalismo de produção e consumo em massa, enfrenta uma série de críticas severas.

A exploração excessiva dos recursos naturais e a negligência em relação às advertências científicas sobre a crise climática agravam ainda mais o cenário.

Os efeitos da crise climática, como o aumento das temperaturas e a intensificação de eventos climáticos extremos, já são perceptíveis no dia a dia, com consequências potencialmente trágicas tanto em nível local quanto global.

A concentração de riqueza nas mãos de uma minoria privilegiada perpetua a desigualdade social, condenando a maioria da população à miséria e à escassez de recursos naturais.

Diante desse contexto preocupante, a busca por alternativas e a construção de um modelo mais justo e sustentável tornam-se imperativas.

Programas

1. Programa de Governança Ambiental Integrada

Objetivo: Estruturar e fortalecer a administração ambiental municipal, promovendo a coordenação eficiente entre diversas áreas e garantindo a participação ativa da sociedade civil.

Ações:

- . Estruturação do Setor Ambiental na Administração Municipal, com definição clara de atribuições e responsabilidades e aumento de dotação orçamentária.
- . Fortalecimento do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA).
- . Utilização eficaz e transparente dos Recursos do Fundo Socioambiental do Município de São Carlos.
- . Elaboração de uma Agenda de Ações Ambientais na Administração Municipal.
- . Participação efetiva nos Comitês de Bacia Hidrográfica Tietê-Jacaré e Mogi-Guaçu, com projetos para obtenção de recursos.
- . Criação de um Comitê de Acompanhamento da PPP com a empresa responsável pela coleta e deposição de resíduos sólidos.
- . Fortalecimento da fiscalização ambiental municipal, articulando ações de informação e penalização de infratores.

2. Programa de Expansão de Áreas Verdes e Sustentabilidade Climática

Objetivo: Aumentar a cobertura vegetal e a sustentabilidade climática através da criação e manutenção de áreas verdes e unidades de conservação.

Ações:

- . Desenvolvimento do programa “Cinturão Largo de Fauna e Flora” e fortalecimento das APREM, com objetivo de criar faixas de mata, complementares ao exigido por lei, em zonas de interesse ambiental, de geração de água e proteção de mananciais;
- . Implementação da Política Municipal de Arborização Urbana, com inventário e amplo programa de plantio em áreas públicas.

- . Consolidação do Sistema Integrado de Parques e áreas Verdes de São Carlos.
- . Ampliar benefícios do IPTU Verde acrescentando novos incentivos a ações ambientais e climáticas.
- .. Criação de Unidades de Conservação municipais nos modelos definidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei nº 9985/2000, de modo a viabilizar a obtenção de recursos federais a partir de compensações ambientais, com incentivos à preservação, conservação e Educação Ambiental;

3. Programa de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Objetivos: Melhorar a gestão dos resíduos sólidos no município, promovendo práticas sustentáveis e geração de renda.

Ações:

- . Avançar na implementação e revisão periódica do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
- . Buscar parcerias público-privadas para atração de empresas recicladoras de resíduos sólidos.
- . Apoiar a retomada da Feira da Sucata e da Barganha e implantar a Operação Cata Trecos com calendário definido.
- . Fortalecer o Usina de Reciclagem de Resíduos Sólidos da Construção Civil.

4. Programa de Educação Ambiental e Sustentabilidade nas Escolas

Objetivos: Promover a educação ambiental de forma integrada nas escolas municipais, formando cidadãos conscientes e engajados com a sustentabilidade.

Ações:

- . Articulação com a SME para implementar projetos permanentes de Educação Ambiental nas Escolas
- . Promover estudos para institucionalizar a figura do educador ambiental para integrar a unidade escolar com o meio físico e social.
- . Utilizar a horta como centro de educação ambiental e capacitação em agroecologia.

5. Programa de Economia Verde e Sustentável

Objetivos: Fomentar uma economia sustentável, criativa, e solidária que priorize tecnologias e práticas ambientalmente amigáveis.

Ações:

- . Desenvolver um plano municipal de turismo que priorize práticas sustentáveis e ecológicas.
- . Implementar um programa de compras sustentáveis, não somente para a alimentação escolar, utilizando os recursos públicos para incentivar a sustentabilidade e a economia de baixo carbono (verde).
- . Buscar parcerias na pesquisa e adoção de Tecnologia Limpas, bem como, promover estudos para atração de indústrias limpas.
- . Criação de um programa de pesquisa, estímulo e incentivos à produção e comercialização de tecnologia e serviços limpos, ambientalmente amigáveis, tornando São Carlos uma referência nesta área

Política Permanente de Prevenção e Combate às Enchentes

O manejo das águas pluviais é um desafio crescente para as administrações municipais, com problemas como inundações, alagamentos, deslizamentos e erosões. As principais causas incluem urbanização próxima a corpos d'água, impermeabilização do solo, alta densidade populacional e remoção de vegetação. Mudanças climáticas, com chuvas mais intensas, e sistemas de drenagem tradicionais ineficazes agravam a situação.

Em São Carlos, mesmo com sistemas de drenagem, inundações ocorrem em diversos pontos críticos, causando perdas econômicas e registrando mortes. As soluções requerem políticas públicas permanentes, intersetoriais e que combinem técnicas tradicionais e inovadoras.

Novos empreendimentos já incorporam técnicas de retenção de águas, mas problemas na urbanização existente exigem intervenções mais drásticas e um gabinete de gestão permanente, diretamente ligado à chefia do Poder Executivo.

Programas

1. Gabinete Permanente de Planejamento Ambiental e Combate a Enchentes

Objetivo: Coordenação de ações ampliar a resiliência da cidade e do município às mudanças ambientais e para prevenção e resposta a enchentes.

Ações:

. Implantar um Gabinete Permanente, diretamente vinculado à chefia do Poder Executivo, envolvendo de maneira intersetorial todos os órgãos municipais com a participação das universidades, das entidades profissionais, da iniciativa privada, da sociedade civil organizada dos Conselhos Municipais.

2. Implementação de um Sistema Integrado de Retenção de Água e Minimização de Riscos.

Objetivo: Redução do impacto das enchentes e requalificação de áreas inundadas.

Ações:

. Desenvolvimento prioritário de um mapeamento georreferenciado de áreas de risco e vulnerabilidades.

. Priorização do desenvolvimento de ações preventivas, planejadas em nível de bacias urbanas, iniciando pela revisão e atualização do Plano Municipal de Drenagem Urbana (PMDU) e o Plano Municipal de Saneamento (PMS),

. Adoção de Técnicas Compensatórias (TC) e Soluções Baseadas na Natureza (SBN) para reduzir áreas impermeabilizadas, como áreas de infiltração, jardins de chuva, poços de infiltração, entre outros.

. Estudos de novos piscinões e áreas verdes, públicas e privadas, como parte do sistema de águas pluviais, promovendo infiltração e retenção de água.

. Atendimento especial às áreas afetadas pela má estrutura de drenagem nas bacias dos córregos do Água Quente e do Água Fria, especialmente onde há populações socialmente fragilizadas.

. Planejamento e execução periódica de manutenção das estruturas de drenagem existentes, como piscinões e canais de drenagem.

- . Incentivos fiscais para adoção de medidas de redução e controle do escoamento de águas pluviais em edifícios e empreendimentos de pessoas físicas e jurídicas.
- . Implantação de um Programa Permanente de Limpeza, Desobstrução e Manutenção de bocas de lobo, galerias e corpos d'água
- . Incorporação plena das áreas verdes públicas e privadas como parte do sistema de águas pluviais, por meio de projeto de rebaixamento de superfícies vegetadas para favorecimento da infiltração e retenção

3. Educação e Conscientização da População.

Objetivo: Sensibilização e engajamento da população na prevenção de enchentes.

Ações:

- . Implantação de um Programa de "Nós e as Águas de Chuva", envolvendo aspectos como destino de resíduos sólidos e educação da população sobre prevenção e minimização de riscos.
- . *definir em articulação entre vários setores da administração (SAAE, Educação, Saúde, Comunicação, etc.) um plano permanente de educação ambiental, combatendo o negacionismo em relação às mudanças climáticas.*

4. Monitoramento e Alerta de Enchentes.

Objetivo: Implementação de sistemas de monitoramento e alerta precoce de enchentes (Cidade Inteligente).

Ações:

- . Melhoria e ampliação do sistema de alerta de enchentes e prevenção de riscos da Defesa Civil, incorporando resiliência no planejamento e na gestão da cidade.
 - . Implantar, no bojo do Programa Cidade Inteligente, um sistema de comunicação direta com a população.
- Reestruturar o site da Prefeitura para fornecer informações ambientais, instruções de prevenção e promoção da participação cidadã como condição essencial da resiliência climática.
- . Incorporação efetiva da Resiliência no Planejamento e na Gestão de São Carlos (que já aderiu anteriormente ao Programa Município Resiliente), contemplando, em relação aos eventos críticos, o seu monitoramento, prevenção, sinalização e preparação para ações durante a ocorrência e na posterior recuperação.

Saneamento Público Municipal

O saneamento básico é um tema de importância fundamental, com implicações cruciais na saúde, na educação, no bem-estar, na cultura e lazer, entre outras dimensões da vida. Sua gestão eficaz é, portanto, essencial para a alocação adequada de recursos, a eficiência organizacional e melhoria da geral da qualidade de vida da cidade e no campo.

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos (SAAE) , recebeu recentemente a responsabilidade sobre os serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos (Lei 21.490/23)

sem os necessários planejamento, reestruturação ou reforço de quadros técnicos e operacionais.

O diagnóstico do saneamento básico em São Carlos revela vários desafios cruciais, incluindo a necessidade de universalização do acesso à água potável, tratamento de esgoto, gestão de drenagem e manejo de resíduos sólidos.

A gestão ineficaz, a falta de diálogo com funcionários e a politização do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) têm prejudicado a eficiência do sistema. É nosso compromisso essencial valorizar o caráter público do SAAE, rejeitando qualquer proposta de privatização ou terceirização e focando na prestação de serviços de qualidade, na valorização dos servidores e melhoria da infraestrutura e gestão.

Programas

1. Programa de Modernização, Reorganização e Capacitação do SAAE.

Objetivo: Readequar a estrutura do SAAE aos novos desafios da crise climática, mediante a incorporação de novas tecnologias, capacitação dos funcionários e aprimoramento da gestão interna.

Ações:

Solicitar à Prefeitura a revisão e atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico de São Carlos, bem como a avaliação de seus mecanismos de acompanhamento.

Desenvolver processo de reestruturação técnica e administrativa, fortalecendo a identidade e a cultura organizacional da autarquia e Incorporar processos permanentes de auditorias, internas e externas, para acompanhamento das atividades-fim, segurança do trabalho, gestão financeira e administrativa.

Atividade permanente de capacitação técnica e funcional do corpo funcional para adequação a novas tecnologias, modernização de equipamentos e processos de trabalho.

Adequação a uma nova política interna de Segurança do Trabalho e Bem-estar, aderente às novas normas de segurança do trabalho, saúde ocupacional e bem-estar.

Criação de um Conselho Consultivo do SAAE com a participação de trabalhadores, usuários, representantes das universidades e da administração municipal, para propor e acompanhar as suas decisões estratégicas.

Criação de Polos Operacionais do SAAE em pontos estratégicos da cidade e do município agilizando o deslocamento de equipamentos e pessoal para maior eficiência

2. Programa Água para Todos. Objetivo: Garantir o fornecimento contínuo e seguro de água potável para toda a população.

Objetivo: minimizar ao limite do tecnicamente possível as interrupções do fornecimento de água à população.

Ações:

Conjunto articulado de ações com o objetivo de reduzir ao mínimo possível a interrupção no fornecimento de água, mediante o uso de novas tecnologias para extração, tratamento, armazenamento e distribuição de água.

Ampliação ou construção de nova ETA no CEAT, para abastecimento da região sul, articulado à perfuração de novos poços, construção de reservatórios e melhoria na infraestrutura existente.

Ações integradas para redução da perda de água, hoje estimada em 45%, via manutenção ou substituição das redes de distribuição antigas, atualização dos equipamentos para medição real do consumo e estímulo ao uso racional da água.

Aprimorar e completar o processo de setorização de armazenagem e fornecimento, com a implantação de macro medidores e válvulas reguladoras de pressão.
Desenvolver programa de proteção e preservação dos rios, mananciais, nascentes e áreas de recarga e elaborar, em conjunto com as universidades, uma avaliação das condições do Aquífero Guarani e dos mananciais.

3. Programa de Tratamento e Gestão de Esgoto.

Objetivo: Universalizar o tratamento de esgoto e modernizar a infraestrutura.

Ações:

Projeto de colaboração com as Universidades para estudo e planejamento do sistema de saneamento básico e preparação de projetos para obtenção de recursos federais e estaduais.

Definir o objetivo de universalização da coleta e tratamento de esgoto, superando o estabelecido no Marco Legal de Saneamento, substituindo redes coletoras obsoletas e implantar a ETE da bacia hidrográfica do Mogi-Guaçu.

Mapear e regularizar todos os poços de visita da rede.

Localizar e eliminar as "ligações cruzadas" caracterizadas por lançamento de esgotos na rede de águas pluviais e vice-versa.

Desenvolver ações preventivas em consonância com a Política Permanente de Combate às Enchentes, a partir de uma revisão e atualização do Plano Municipal de Drenagem Urbana.

4. Programa de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Objetivo: Melhorar a coleta, tratamento e destinação de resíduos sólidos.

Ações:

Acompanhar, implantar e revisar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. (PMGIRS)

Estímulo e incentivo às Cooperativas de Catadores de Recicláveis com a meta de atingir 100% do Município abrangido por meio de parcerias entre poder público e cooperativas.

Implantar programa Cata Trecos com periodicidade semestral e ampla divulgação e campanhas de engajamento.

Melhoria e ampliação do ecopontos, com a meta de duplicação dos existente e adequada distribuição territorial.

5. Programa de Educação e Sustentabilidade Ambiental.

Objetivo: Promover a conscientização ambiental e a preservação dos recursos hídricos.

Ações:

Criar uma comissão de servidores do SAAE responsáveis por um programa de Educação Ambiental em consonância com órgãos da Prefeitura, Universidades e Entidades Ambientistas, visando a participação em eventos, escolas, indústrias, feiras entre outros, divulgando a missão, visão e valor do SAAE e a importância da conscientização para preservação da água e do meio ambiente.

Obras e serviços públicos

A atuação municipal na área de Obras e Serviços Públicos é múltipla e complexa mesmo numa cidade de porte médio como a nossa.

Nossa proposta tem foco na melhoria da estrutura da cidade e dos serviços públicos, promovendo desenvolvimento sustentável, inclusão social, igualdade de gênero, respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente.

As carências e problemas da cidade, sobretudo depois de mais de uma década de abandono, são muitas e diversas, mas podem para efeito deste documento ser organizadas em três grandes blocos: drenagem (com foco na bacia do Córrego do Gregório, que causa enchentes devido à alta densidade populacional); mobilidade urbana com muitos engarrafamentos e também afetada por rodovias que dificultam a urbanização, e a execução dos serviços públicos.

Hoje o município conta com 202 praças urbanizadas, 1.100 áreas não urbanizadas, 1000 km de malha viária, 30 mil pontos de iluminação, inúmeros pontos de descarte irregular de entulho e tem a responsabilidade pela coleta de resíduos sólidos domiciliares.

A resolução desses problemas exige determinação e bons projetos para captação de recursos, sendo uma tarefa desafiadora e custosa, essencial para garantir um alívio a médio prazo.

Programas

1. Programa de Drenagem e Controle de Enchentes.

Objetivo: Implementar soluções de micro e macrodrenagem, construir reservatórios de cheias e canalizar trechos críticos dos córregos para prevenir enchentes e erosões.

Ações

- . Construção de novas galerias para micro drenagem e revisão e manutenção das existentes.
- . Construção de um sistema articulado de reservatórios de amortecimento de cheias.
- . Análise da condição geométrica dos corpos receptores e intervenções corretivas para aumentar a vazão, reduzir velocidade e prevenir erosões.
- . Definir plano para canalização e/ou renaturalização de trechos dos córregos Gregório e Tijuco Preto.
- . Estudar a viabilidade de criação de um lago no Parque do Bicão como reservatório de cheias.
- . Política permanente de criação de áreas permeáveis e campanhas intensivas de arborização urbana.

2. Programa de Mobilidade e Acessibilidade Urbana.

Objetivo: Melhorar a mobilidade urbana através da construção de vias marginais, passagens, ciclovias, e prolongamento de avenidas, garantindo um trânsito mais seguro e eficiente.

Ações:

- . Construção do Anel Viário Estrutural, incluindo vias marginais e passagens sob rodovias com o Governo do Estado e a Artesp assim como abertura de novas vias, de forma a evitar a passagem desnecessária pelo centro da cidade.

- . Priorização da mobilidade ativa. Com Implantação de ciclovias e/ou ciclofaixas como modal alternativo de mobilidade urbana.
- . Estudo de viabilidade para prolongamento da Avenida Regit Arab e reorganização do sistema viário da região sul.
- . definição de normas regulatórias de melhoramento das calçadas para garantir a segurança de pedestres, idosos e pessoas com deficiência.

3. Programa de Infraestrutura e Edificações Públicas.

Objetivo: Construir e modernizar estruturas públicas essenciais, como um novo terminal rodoviário e um prédio modular para secretarias, para atender melhor a população e reduzir custos com aluguéis.

Ações:

- . Reavaliação do Projeto de Construção do novo terminal rodoviário de ônibus intermunicipais, mantendo a perspectiva de localização próxima à rodovia Washington Luís e redefinindo o projeto e o modelo de negócios.
- . Realizar avaliação pós ocupação (APO) de todos os edifícios da rede municipal de serviços (iniciando por educação e saúde) e elaborar plano de manutenção, remodelação ou revitalização que leve em consideração novas necessidades e normas surgidas a partir da pandemia.
- . Realizar estudo de viabilidade de edifício com capacidade para abrigar várias secretarias em um prédio modular horizontal.

4. Programa de Manutenção e Melhoria dos Serviços Públicos.

Objetivo: Assegurar a melhoria e manutenção constante das vias públicas, rede de iluminação, desobstrução de bocas de lobo e outras ações de zeladoria para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Ações:

- . Incorporar as ações de manutenção e melhoria das áreas e serviços públicos ao sistema de gestão nas normas da Cidade Inteligente utilizando recurso conectados a veículos ou drones para identificação de necessidades de manutenção com localização georreferenciada e ordem de serviço automática.
- . Organização e implementação de equipes diárias de operação de tapa buraco.
- . Negociar com a empresa fornecedora de energia a atualização da rede de iluminação pública por tecnologia LED, com luminárias com sensores e wifi, segundo o conceito de smart grid (cidade inteligente e conectada).
 - Implementação de equipes de atuação permanente para desobstrução de bocas de lobo.
- . Regularizar os tampões dos poços de que estão abaixo do nível do pavimento, fruto de recape com intenções eleitorais e sem cuidados técnicos.
- . Realizar convênio com universidades ou instituição de pesquisa capacitada para realizar mapeamento de todo o sistema de arborização pública, identificando necessidades de corte e/ou poda e implementar serviço permanente de manutenção.
- . Criar um cronograma para recuperação e remodelação das praças públicas, balizado no Plano de criação do Sistema Integrado de Espaços Verdes de São Carlos.
- . Modernização dos cemitérios públicos existentes e avaliação de uma parceria público privada para construção de novo cemitério com serviço de cremação.

Desenvolvimento urbano, Patrimônio Cultural, Mobilidade Urbana e Habitação de Interesse Social (HIS)

O direito à cidade e à moradia digna são conquistas da sociedade brasileira que estão diretamente associadas à luta pela construção do Estado democrático. Nossa cidade enfrenta dificuldades no processo de planejamento e na implantação de políticas públicas para alcançar um patamar de desenvolvimento urbano mais justo, resiliente e ambientalmente sustentável.

O Município possui cerca de 255 mil habitantes e uma densidade demográfica de 224,17 hab/km² (IBGE, 2022). Essa baixa densidade contrasta com o número de novos empreendimentos, que geram a ociosidade em áreas urbanas já consolidadas e forçam a ampliação do perímetro urbano, a extensão dos serviços públicos e das redes de infraestrutura, como água, energia e rede lógica, sistema viário, além de gerar extensos vazios urbanos.

Consideradas as condições demográficas e a ausência de um sólido debate sobre a mitigação e as adaptações necessárias para enfrentar as mudanças climáticas globais é imperativo e urgente definir premissas e prioridades para o uso dos recursos e dos ecossistemas, incorporando-os ao planejamento urbano de forma multidisciplinar e transversal, envolvendo o governo, a sociedade civil, centros de pesquisas e as universidades instaladas no Município.

Para alcançarmos um planejamento urbano e territorial responsável e a articulação da ação de diferentes setores da administração municipal é necessário a criação e implantação de um órgão, que atue na sistematização e produção de informações, de forma continuada e que auxilie na tomada de decisões.

Programas e ações

1. Fortalecimento do planejamento urbano, ambiental e territorial no Município

. Objetivo: estabelecer condições administrativas, legais e institucionais para a consecução de uma política de planejamento urbano e territorial baseada na justiça social e ambiental, na qualidade de vida, na sustentabilidade e na resiliência.

Ações:

- Criação do Instituto de Planejamento Urbanístico e Ambiental de São Carlos (IPLASC), visando a integração urbano-ambiental e propiciando a continuidade das políticas territoriais;
- Constituição de um Sistema de Informações Municipais, retomando e atualizando o sistema de georreferenciamento SIGA São Carlos;
- Implementação de processo de aprovação digital e online para projetos de edificações e novos empreendimentos, eliminando a tramitação com papel;
- Organização dos documentos públicos, implementando o decreto que atribui à Fundação Pró-Memória a gestão arquivística, realizando o recolhimento documental;
- Realização no 1º ano de governo da Conferência das Cidades estabelecendo diretrizes para revisão da legislação, objetivos e perspectivas estratégicas.

2. Revisão e atualização da legislação urbanística

. *Objetivos: revisar, atualizar e consolidar a legislação urbanística, dando maior transparência aos dados, para uma gestão mais eficiente.*

Ações:

- Levantamento e atualização dos dados do Município;
- Revisão, consolidação e atualização da legislação urbanística e ambiental vigente;
- Revisão do Plano Diretor Estratégico (2016) e integração com os planos setoriais (PLHIS, Plano de Drenagem, Plano de Mobilidade, Plano de Arborização Urbana, Plano de Saneamento, Resíduos Sólidos, etc.) e projetos urbanos;
- Fortalecimento da atuação dos Conselhos Municipais atinentes ao planejamento ambiental, urbanístico, de mobilidade e habitação.
- Regulamentação dos Instrumentos Urbanísticos previstos no estatuto da Cidade;
- Fortalecimento da legislação das APREMs - Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais - para segurança hídrica e alimentar.

3. Futuro e Infraestrutura verde

. *Objetivo: desenvolver projetos estratégicos para enfrentar os históricos problemas ambientais do Município, minimizando os efeitos crise climática.*

Ações:

- Implantação de medidas de drenagem e manejo de águas pluviais, utilizando infraestruturas verdes e soluções baseadas na natureza, para prevenir inundações;
- Incentivo para o aumento de arborização urbana para a redução da temperatura;
- Desenvolvimento de medidas para proteção de nascentes, córregos e áreas de proteção urbanas, periurbanas e rurais;

4. Meio Ambiente, Parques, Praças e Cidadania

Objetivo: valorizar as áreas verdes para propiciar áreas de lazer qualificadas para a população, articuladas ao sistema de mobilidades e aos equipamentos públicos.

Ações:

- Planejamento e implantação de um Sistema de Parques e Espaços Livres, que conecte praças, parques, áreas de proteção, calçadas verdes e outros espaços públicos;
- Conectar o Sistema de Parques e Espaços Livres aos equipamentos sociais existentes (escolas, postos de saúde, etc.) e ao sistema de mobilidade ativa;
- Incentivo à formação de uma rede de cidadania com diferentes atores para a manutenção e proteção dos espaços urbanos coletivos e da natureza na cidade;
- Realização de concurso público nacional para intervenção no Parque do Bicão.

5. Transporte público coletivo

. *Objetivo: valorizar o transporte coletivo, com a racionalização do sistema, veículos mais confortáveis e menos poluentes, e políticas tarifárias que estimulem o seu uso.*

Ações:

- Implantação de transporte coletivo menos poluentes, com faixas exclusivas, pavimento adequado e espaço suficiente para o embarque e desembarque;
- Promoção da gestão ativa do sistema, obtendo e mantendo uma base de dados atualizada e as informações operacionais necessárias para melhoria do serviço;
- Implantação de políticas tarifárias que estimulem o uso do transporte coletivo, como descontos e gratuidades, em consonância com os programas sociais;
- Reformulação da rede de linhas, para um atendimento mais eficiente, integrado e que garanta o acesso aos equipamentos públicos e destinos de interesse;

- Garantia de infraestrutura adequada, como pontos de embarque humanizados, com serviços eficientes de informação, reclamação, cadastro e recarga de bilhetes;
- Revisão do novo contrato de transporte público de ônibus (2023) e implantação de um Sistema de Transporte com estações de integração para os diversos modais e estudo de alternativas ao atual sistema de concessão;
- Implantar Tarifa Zero aos Domingos (TZD) e estudar a viabilidade de extensão aos finais de semana.

6. Transporte ativo (não motorizado) e infraestrutura viária

. Objetivo: Priorizar o transporte peatonal e por bicicleta, criando condições para sua efetiva integração com o transporte coletivo e reestruturando as vias e calçadas.

Ações:

- Implantação de programas que viabilizem a manutenção de calçadas com largura e pavimento adequados, incentivando "calçadas verdes" em novos empreendimentos e adequação progressiva das existentes a novas regulamentações.
- Criação de uma rede cicloviária, com a adequação das vias existentes para garantir condições apropriadas para a circulação de bicicletas;
- Implantação de medidas para redução de velocidade em áreas de maior circulação de pessoas e bicicletas, realizando a sinalização e pavimentação viária;
- Promoção de infraestrutura e mobiliário urbano que priorizem o transporte ativo, como parklets, bicicletários e paraciclos;
- Organização do transporte de cargas (caminhões e motocicletas) com critérios para segurança e diminuição dos impactos urbanos.
- Melhoria das vias intraurbanas e dos acessos e entradas para a cidade.
- Promoção de segurança no trânsito por meio da educação e campanhas de conscientização.

7. Construção de novas unidades habitacionais e melhoria de unidades existentes com assistência técnica às famílias

. Objetivo: garantir habitação digna para a população de baixa renda por meio de programas de construção de novas unidades, de melhoria habitacional com a implantação de equipes de assistência técnica.

Ações:

- Atendimento prioritário às famílias cadastradas pelo Município nas faixas 1 e 2;
- Revisão e atualização do cadastro de famílias em programas habitacionais com critérios transparentes e públicos;
- Estabelecimento de parcerias públicas e privadas para construção de conjuntos habitacionais menores, localizados em áreas com boa infraestrutura;
- Estruturação de equipes multidisciplinares para orientação e projeto de melhorias habitacionais, associada à programa para aquisição de material de construção;
- Realização de parcerias com assessorias técnicas para melhorias sanitárias e habitacionais das moradias já existentes no município em áreas vulneráveis;
- Revisão da política para concessão de "Aluguel social";
- Implantação do programa "Moradia Cidadã" em São Carlos (para moradores de rua).

8. Área central e preservação do patrimônio histórico e cultural

. Objetivo: Valorizar e incentivar o uso da área central e promover a preservação e o reconhecimento do patrimônio imaterial, da memória social e cultural das diferentes etnias presentes no Município.

Ações:

- Revitalização, renovação, requalificação e a reabilitação da área central, com incentivo à moradia e atividades culturais, serviços e atividades econômicas que auxiliem o uso e a ocupação da estrutura instalada durante todo o dia, visando dinamizar e impulsionar o desenvolvimento da região central da cidade;
- Enfrentamento dos problemas ambientais da área central, sobretudo referentes às inundações, tamponamento de cursos d'água e escassez de arborização;
- Utilização prioritária de edificações preexistentes para locação de secretarias e órgãos municipais, efetuando as melhorias necessárias
- Intervenção para revitalização do Palacete Conde do Pinhal (fechado) e do edifício onde se encontra a Secretaria de Educação;
- Valorização do Museu da Cidade e do Centro Municipal de Cultura Afro-Brasileira "Odette dos Santos".

Coligação São Carlos Merece o Melhor